KLEIST

Michael Kohlhaas, O Rebelde

ANTIGONA

Michael Kohlhaas, o Rebelde

HEINRICH VON KLEIST

Michael Kohlhaas, o Rebelde

Tradução

Egito Gonçalves

EDIÇÕES ANTÍGONA
LISBOA 1984

Título Michael Kohlhaas, o Rebelde
Autor Heinrich von Kleist
Tradução Egito Gonçalves
Capa ANTÍGONA — Sobre gravura em madeira de Dürer, «Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse»
Edições ANTÍGONA
Apartado 4192
1504 LISBOA Codex

Primeira parte

Nos meados do século dezasseis, vivia nas margens do Havel um negociante de cavalos chamado Michael Kohlhaas, filho de um mestre-escola, um dos homens mais correctos e ao mesmo tempo mais terríveis do seu tempo. Este homem pouco vulgar teria podido ser considerado, até aos trinta anos, como um modelo de bom cidadão. Possuía uma quinta numa aldeia que ainda hoje usa o seu nome e ali vivia tranquilamente ganhando a vida com a sua profissão; crescera no temor de Deus e educava os filhos que a mulher lhe dava no respeito pela lealdade e pelo trabalho; nenhum dos seus vizinhos tinha que dizer da sua generosidade e honestidade. Resumindo: o mundo decerto viria a abençoar-lhe a memória se não tivesse acontecido ele exagerar numa das suas virtudes: o sentimento inato da justiça transformou-o num salteador e num assassino.

Cavalgava um dia com um grupo de lustrosos e bem nutridos potros, que pretendia vender do lado de lá da fronteira, e entretinha-se a pensar no destino que daria ao dinheiro que esperava ganhar na transacção: uma parte, como bom comerciante, em novos negócios; outra parte, porém, em prazeres imediatos. Assim chegou ao Elba, encontrando, junto de um majestoso

castelo em território saxão, a estrada impedida por meio de um tronco. Parou a cavalhada, no preciso momento em que a chuva começava a cair com inclemência, e chamou o guarda que assomou à janela da guarita com cara de poucos amigos. O negociante disse-lhe para abrir a passagem.

— Que novidade é esta? — perguntou-lhe quando o homem saiu da casa, passado um bom tempo de espera.

— Privilégio soberano, concedido ao barão Venceslau von Tronka — respondeu o guarda enquanto abria.

— Ah, o senhor chama-se Venceslau! — comentou Kohlhaas, observando o castelo, cujas torres brilhantes dominavam a paisagem. — Então o velho fidalgo morreu?

— Morreu de repente—respondeu o guarda, abrindo a entrada.

— Que pena!—replicou Kohlhaas.—Era um homem correcto que gostava da companhia das pessoas e ajudava-as no que podia. Uma vez mandou arranjar a estrada, porque lá em baixo, onde se entra na aldeia, uma égua minha tinha partido uma perna. Bem! Quanto devo? — perguntou.

Tirou com dificuldade, de sob o capote, as moedas que o guarda exigira, enquanto este murmurava:

— Depressa! Depressa! — imprecando contra o mau tempo. Depois, prosseguiu:

— Se este tronco tivesse ficado na mata, era bem melhor para mim e para si.

Entregou o dinheiro e preparava-se para seguir viagem, mas ainda estava sob o tronco quando ouviu, atrás de si, uma voz vinda do alto da torre.

— Alto aí, cavaleiro!

Voltando-se, viu o castelão fechar uma janela e começar a correr para vir ter com ele.

«Que teremos, agora?», perguntou Kohlhaas a si mesmo, parando os cavalos.

O castelão chegou, apertando um segundo colete em cima do ventre dilatado, e, de costas para o vento, indagou do salvo-conduto.

— O salvo-conduto?!—repetiu Kohlhaas, perplexo, explicando em seguida que não sabia o que isso era. Se o castelão lhe explicasse o que pedia, ele poderia ver se tinha semelhante coisa.

O castelão, olhando-o de soslaio, replicou que, sem uma autorização escrita do soberano, nenhum comerciante podia passar a fronteira com cavalos. Kohlhaas garantiu que na sua vida já passara a fronteira dezassete vezes sem esse documento; que conhecia perfeitamente todas as disposições legais que diziam respeito à sua profissão; que devia portanto tratar-se de um engano sobre o qual lhe pedia para reflectir e que não o demorasse ali mais tempo, inutilmente, porque o caminho a fazer ainda era longo.

O castelão replicou que à décima-oitava vez ele não passaria livremente, que aquela ordem na realidade era recente, mas que, sem mostrar o salvo-conduto ali mesmo, não teria outro remédio senão voltar para trás. O comerciante, a quem estas extorsões inesperadas já começavam a irritar, desceu do cavalo, confiou-o a um serviçal e disse que iria falar com o próprio barão von Tronka.

Apressou-se, de facto, a entrar no castelo, seguido pelo castelão que resmungava acerca dos avarentos sórdidos e da vantagem de os espoliar. Medindo-se com o olhar, entraram ambos na sala onde o barão estava a beber com um grupo de amigos. Todos se riam à gargalhada por motivo de uma piada qualquer quando Kohlhaas se adiantou para apresentar a sua queixa. O barão perguntou-lhe o que queria e os outros calaram-se ao ver o desconhecido; mas, quando este come-

çou a falar do que o levava ali, os outros gritaram todos ao mesmo tempo: — Cavalos! Onde estão? — correndo para a janela. À vista da esplêndida manada, e por proposta do barão, desceram todos ao terreiro.

A chuva tinha cessado. O castelão, o feitor e os criados juntaram-se a eles e todos passaram os animais em revista. Um elogiava o alazão marcado com uma estrela, a outro agradava o baio, um terceiro acariciava o malhado com manchas amarelas e pretas; todos estavam de acordo que aqueles cavalos pareciam cervos e que em toda a região não se arranjavam mais belos. Kohlhaas retorquiu alegremente que os cavalos valiam o que valessem os cavaleiros que os montariam e convidou-os a comprá-los. O barão, a quem o forte alazão agradava muito, perguntou o preço, embora o feitor o solicitasse a comprar um par de murzelos que, dada a escassez de cavalos, poderiam auxiliar nas tarefas do campo. Quando o comerciante fez o seu pedido, os cavaleiros acharam-no demasiado elevado e o barão disse que, se pretendia tanto, devia ir à Távola Redonda e perguntar pelo rei Artur. Kohlhaas, vendo o castelão e o feitor a cochicharem entre si, lançando olhares eloquentes aos murzelos, teve um obscuro pressentimento e tentou tudo para se desfazer dos cavalos. Disse ao fidalgo:

— Senhor, os murzelos, comprei-os há seis meses por vinte e cinco florins de ouro. Dai-me trinta e serão vossos.

Dois cavaleiros, que estavam ao lado do barão, reconheceram abertamente que os cavalos valiam o preço. Este declarou que se interessava pelo alazão, mas que não estava disposto a gastar dinheiro para comprar os murzelos, e preparou-se para voltar ao salão. Kohlhaas disse então que poderiam fazer negócio da próxima vez, quando ele voltasse a passar; saudou o barão e pegou nas rédeas do seu cavalo, para partir.

Naquele momento destacou-se do grupo o castelão e disse-lhe que sem o salvo-conduto, como já o informara, não podia passar. Kohlhaas voltou-se e perguntou ao barão se era verdadeira aquela disposição que lhe arruinava o comércio. O barão respondeu, com voz um pouco constrangida, enquanto se afastava:

— Sim, Kohlhaas, deves tirar o salvo-conduto. Entende-te com o castelão e vai à tua vida.

Kohlhaas garantiu-lhe que não tinha qualquer intenção de iludir as ordens relativas à exportação de cavalos; prometeu que ao passar por Dresde, o pediria na chancelaria, mas que, por esta vez, o deixasse seguir pois ninguém tinha tido conhecimento prévio daquela obrigação.

— Está bem! — respondeu o barão, tentando proteger-se da tempestade que recomeçava. — Deixem-no passar. Vamos embora — disse depois aos cavaleiros, voltando-se para regressar ao castelo.

O castelão, dirigindo-se ao barão, opinou que o comerciante deveria, pelo menos, deixar um penhor como garantia de que iria tirar o salvo-conduto. O barão parou novamente e Kohlhaas perguntou que valores em moeda ou mercadoria deveria deixar como penhor. O feitor resmungou entre dentes que poderia precisamente deixar os murzelos.

— Claro! — confirmou o castelão. — É o mais simples. Depois de ter o salvo-conduto, pode vir recuperar os cavalos quando entender.

O barão tiritava e encolhia-se dentro do capote. Kohlhaas disse-lhe que os murzelos eram para vender. Mas nesse preciso momento uma rajada de vento atirou com a chuva contra o portal onde o fidalgo se tentava abrigar. Para acabar com aquilo, o barão gritou antes de desaparecer:

— Se não quiser deixar os cavalos, atirem com ele para trás da barreira!

O comerciante, vendo que não lhe restava outro remédio senão o de se curvar à violência, separou os murzelos e conduziu-os a um estábulo que o castelão lhe indicou. Deixou um rapaz com eles, deu-lhe dinheiro e recomendou-lhe que tratasse bem os animais até ao seu regresso. Com o resto da manada prosseguiu a sua viagem para Leipzig, direito à feira, pensando se aquela ordem não seria provocada pelo recente desenvolvimento da criação de cavalos na Saxónia.

Logo que chegou a Dresde, onde possuía, nos subúrbios da cidade, uma casa com algumas cavalariças que lhe facilitavam os negócios em mercados menores da região, dirigiu-se à chancelaria onde soube pelos conselheiros, alguns dos quais conhecia, que a história do salvo-conduto, tal como desde o início suspeitara, não passava de uma pura invenção. Kohlhaas, a quem os conselheiros, aborrecidos, entregaram, a seu pedido, um atestado que garantia o que tinham afirmado, sorriu da imaginação do magro fidalgo, embora não lhe conseguisse compreender a finalidade; algumas semanas depois, tendo vendido vantajosamente os cavalos que tinha trazido consigo, voltou ao castelo de Tronka, sem outro sentimento de amargura além do da geral miséria do mundo.

O castelão, a quem apresentou o atestado, não deu explicações, e, ao pedido do comerciante para reaver os seus animais, respondeu que descesse e os fosse buscar. Ao atravessar o pátio teve a desagradável surpresa de saber que, poucos dias após a sua partida, o rapaz que ali deixara tinha sido, pelo seu comportamento inconveniente, segundo diziam, espancado e expulso. A quem lhe deu tal notícia Kohlhaas perguntou o que fizera o rapaz e quem, entretanto, tratara dos cavalos. Mas aquele respondeu-lhe que não sabia e abriu a

porta da cavalariça, onde o comerciante entrou com o coração já cheio de maus pressentimentos.

Grande foi o seu espanto ao ver, em lugar dos dois murzelos luzidios e bem nutridos, duas pilecas magras e acabadas: ossos que poderiam servir de cabides, crinas e pêlos emaranhados, sem tratamento nem governo, em resumo, o verdadeiro retrato da miséria no reino animal.

Kohlhaas, a quem os cavalos receberam com um fraco relincho, sentiu a indignação apossar-se dele. Perguntou ao rapaz que o acompanhava o que acontecera aos seus animais. Aquele respondeu que não lhes tinha acontecido nenhuma desgraça, que tinham tido sempre a forragem necessária, mas que, sendo precisamente o tempo das colheitas, como havia escassez de animais de tracção, tinham sido utilizados nos trabalhos do campo. Kohlhaas começou a vociferar contra aquele infame e premeditado abuso, mas, conhecedor da sua própria impotência, engoliu a raiva, e, já que nada mais lhe restava para fazer, dispunha-se a abandonar com os cavalos aquele covil de ladrões quando, atraído pelo barulho, apareceu o castelão e perguntou o que sucedera.

— O que sucedeu? — disse Kohlhaas. — Quem deu ao barão von Tronka autorização para utilizar nos trabalhos dos campos os dois cavalos que aqui deixei?

Perguntou se aquilo não era uma desumanidade, tentou com uma chibatada estimular os animais exaustos e mostrou-lhe que nem sequer se mexiam. O castelão, depois de o ter olhado durante um momento em ar de desafio, retorquiu:

— Vejam lá o escarcéu que este faz! Um vilão que ainda devia agradecer o facto de ter encontrado vivos os animais! Quem os havia de tratar, se o criado que ele deixara tinha fugido? Não era justo que os cavalos ganhassem nos campos a forragem que consumiam?

Será melhor não falar mais nisso, ou terei de chamar os cães para porem ordem no pátio.

O coração do comerciante batia violentamente dentro do peito. Gostaria de atirar aquele ignóbil gordalhão para cima do estrume e pisar-lhe aos pés a cara estanhada, mas o seu sentido de justiça, tal como uma balança de pratos, ainda oscilava; perante o tribunal da própria consciência não estava ainda certo de que o seu adversário fosse o culpado. Engolindo os impropérios, aproximou-se dos cavalos e, considerando em silêncio as circunstâncias, alisou-lhes as crinas e perguntou, em voz baixa, que culpa levara o servente a afastar-se do castelo. O castelão respondeu:

— Porque se fez arrogante, aqui na cavalariça! Porque se opôs a uma mudança necessária de estábulo e pretendia que os cavalos de dois fidalgos em visita ao castelo passassem a noite ao ar livre por amor dos seus rocins.

Kohlhaas teria dado o preço dos dois animais para ter ali à mão o rapaz e poder confrontar as declarações dele com as do insolente castelão. Ainda estava a desembaraçar as crinas dos cavalos, reflectindo no que conviria fazer naquela situação, quando de súbito se alterou a cena, e o barão Venceslau von Tronka, num tropel de cavaleiros, servos e cães, irrompeu no pátio, vindo da caça às lebres. Quando perguntou o que acontecera, o castelão tomou imediatamente a palavra e, enquanto, por um lado, os cães entoavam ladridos infernais à vista do forasteiro e, por outro, os cavaleiros gritavam para os mandarem calar, deformando odiosamente os factos, acusou aquele comerciante de haver levantado um terrível alarido pelo facto de se terem servido um pouco dos seus animais. Rematou, num tom de escárnio, que o homem se recusava a reconhecer os cavalos como seus.

— Estes não são os meus cavalos, Senhor. Estes não são os cavalos que valiam trinta florins de ouro! Quero reaver os meus cavalos, saudáveis e bem alimentados.

O barão, empalidecendo por um momento, desceu da sela e disse:

— Se não quiser levar os cavalos, que os deixe. Gunther! Hans! Venham daí! Vamos beber um copo! Tragam vinho!

Sacudiu a poeira das calças com a mão e entrou em casa com os cavaleiros. Kohlhaas disse que preferia chamar o esfolador e lançar os cavalos ao monturo, do que os levar naquele estado para as suas cavalariças de Kohlhaasenbrück. Deixou os cavalos onde estavam sem mais se preocupar com eles, montou o baio e, jurando que saberia fazer justiça, afastou-se dali.

Já corria pela estrada de Dresde a toda a brida, quando, com o pensamento no rapaz e na acusação que os do castelo lhe faziam, pôs o cavalo a passo, voltando-o pouco depois de direcção para se dirigir em primeiro lugar para Kohlhaaasenbrück, a fim de interrogar o criado, como lhe parecia mais razoável e justo. Um sentimento de rectidão, experiente como era da ordem imperfeita do mundo, inclinava-o a, não obstante a ofensa recebida, resignar-se à perda dos cavalos, se realmente, como assegurava o castelão, o seu servidor tivesse sido o culpado do que se passara; seria uma justa consequência. Por outro lado, um sentimento igualmente válido, que ia ganhando raízes mais fundas à medida que tomava conhecimento, nas diversas paragens, das inúmeras injustiças que diariamente se praticavam em Tronkenburgo contra os viajantes, dizia-lhe que, se todo aquele caso, como parecia, tivesse sido o resultado de uma cabala propositadamente urdida, ele ficava com a obrigação de pro-

curar, com todas as suas forças, obter justiça para si e segurança para os seus concidadãos.

Logo que chegou a Kohlhaasenbrück, e depois de abraçar Lisbeth, sua mulher, e beijar os filhos que lhe saltavam com alegria em torno dos joelhos, perguntou imediatamente se sabiam alguma coisa de Herse, o rapaz que ele deixara de guarda aos murzelos. Lisbeth respondeu:

— Coitado do Herse, querido Michael! Imagina que ele chegou aqui há cerca de quinze dias num estado deplorável, tão maltratado que quase não podia respirar. Metemo-lo na cama, escarrava sangue, e às nossas perguntas respondeu contando uma história incompreensível: que tinha sido deixado por ti em Tronkenburgo com os cavalos a quem haviam negado a passagem e que, com incríveis maus tratos, o tinham depois forçado a abandonar o castelo sem ter tido a possibilidade de trazer os animais.

— Ah, sim! — disse Kohlhaas, tirando o capote.— E agora: já está restabelecido?

— Assim, assim—respondeu ela—, mas ainda cospe sangue. Eu queria mandar imediatamente outro criado ao castelo para que governasse os cavalos até à tua vinda. Herse mostrou-se sempre sincero e fiel como mais nenhum, e em consciência não podia duvidar das explicações que ele me dava, confirmadas com tantas provas, e admitir que ele poderia ter perdido os cavalos de outro modo. Mas ele conjurou-me a que não obrigasse ninguém a dirigir-se àquele covil de salteadores e a renunciar aos animais se não queria ter de sacrificar para isso seres humanos.

— Ainda está de cama? — perguntou Kohlhaas, tirando o lenço do pescoço.

— Começou a levantar-se e a andar pela quinta há alguns dias — respondeu Lisbeth. — Poderás tu mesmo ver o que se passou e verificar que as coisas são

assim, e que esta é uma das patifarias que desde há tempos se permitem em Tronkenburgo contra os forasteiros.

— É o que se verá — replicou Kohlhaas. — Diz-lhe que venha cá, se estiver a pé.

Sentou-se na poltrona e a esposa, alegre por o ver tão calmo, foi buscar o criado.

— Que fizeste no castelo de Tronka? — perguntou Kohlhaas, quando Lisbeth entrou com ele na sala. — Não posso dizer que estou contente contigo.

O rapaz, cujo rosto pálido se tingiu de vermelho ao ouvir estas palavras, hesitou um momento, depois respondeu:

— Tendes razão, patrão, porque acabei por lançar ao rio uma mecha que por vontade divina tinha comigo para incendiar aquele covil de ladrões. Por infelicidade ouvi uma criancinha a chorar, no castelo, e preferi que Deus, e não eu, os fulminasse e reduzisse a cinzas.

— Qual foi o motivo que os levou a expulsar-te do castelo? — perguntou Kohlhaas, hesitante.

— Uma briga desgraçada, patrão! — respondeu Herse, limpando o suor da testa. — Mas o que lá vai, lá vai, não tem remédio. Eu não queria que me arruinassem os cavalos a trabalhar nos campos e disse que ainda eram muito novos, que nunca tinham feito aquele serviço.

Kohlhaas, procurando esconder a sua perturbação, replicou que nesse caso não dissera toda a verdade, porque os cavalos já tinham sido postos a tracção algumas vezes, no início da Primavera anterior. Depois prosseguiu:

— No castelo, do qual, de algum modo, eras hóspede, poderias ter-te mostrado algumas vezes amável, quando havia mesmo necessidade de transportar a colheita para a pôr ao abrigo.

— Foi o que fiz, patrão! — respondeu Herse. — Pensei que isso não faria mal aos cavalos, tanto mais que aquela gente tinha um focinho de meter medo. Na manhã do terceiro dia atrelei os animais e transportei três carros de trigo.

Kohlhaas, cujo peito começava a encher-se de indignação, baixou os olhos e replicou:

— Não me disseram nada disso, Herse.

O criado garantiu-lhe que tinha sido assim. Depois explicou:

— O que eu fiz de grave foi ter-me recusado a atrelar novamente os cavalos logo depois de terem acabado de comer. E ter voltado as costas ao feitor e ao castelão quando me propunham em troca a forragem, podendo eu ficar com o dinheiro que me tínheis dado para as despesas.

— Mas não terá sido por isso que te expulsaram do castelo — disse Kohlhaas.

— Não, por Deus! — exclamou o rapaz. — O motivo foi uma patifaria que brada aos céus! Naquela mesma tarde foram conduzidos à cavalariça os cavalos de dois fidalgos que tinham vindo de visita ao castelo, e os meus foram ligados à porta. Quando os tirei da mão do castelão e lhe perguntei para onde iam agora os animais, indicou-me uma pocilga, construída com ripas e tábuas, encostada ao muro.

— Queres dizer — interrompeu Kohlhaas — que era um lugar tão mau que mais parecia uma pocilga do que uma cavalariça.

— Era uma pocilga, patrão — respondeu Herse —; uma verdadeira pocilga, onde os porcos entravam e saíam e eu nem de pé podia estar.

— Possivelmente não havia outra maneira de os ter ao abrigo — disse Kohlhaas — ; os cavalos dos dois fidalgos tinham, de certo modo, a prioridade.

— O espaço — respondeu o criado, com voz mais baixa — era escasso. Estavam no castelo, nesse momento, ao todo, sete cavaleiros. Se fôsseis vós, patrão, teríeis apertado um pouco os cavalos. Eu disse-lhes que trataria de alugar uma cavalariça na aldeia; mas o castelão retorquiu que os cavalos tinham de ficar sob os seus olhos e que eu me livrasse de os conduzir para fora do castelo.

— Bem! E tu que respondeste?

— O feitor disse que os dois hóspedes só pernoitariam, voltando a partir na manhã seguinte, e eu conduzi os cavalos para o aido dos porcos. Mas o dia seguinte passou e eles não se foram embora, e ao terceiro dia ouvi dizer que os fidalgos ficavam no castelo mais uma semana.

— No fundo não se estava assim tão mal no aido, Herse, como te parecera ao meter o nariz lá dentro pela primeira vez — disse Kohlhaas.

— É verdade! — respondeu o criado. — Depois de lhe dar uma varredela, podia servir. Dei uma moeda à rapariga para que ficasse com os porcos em outro sítio. E durante o dia fiz com que os cavalos pudessem estar de pé, tirando de manhã as tábuas do coberto e tornando a pô-las à noite. Agora os animais alongavam os pescoços por cima do telhado, como gansos, procurando com os olhos Kohlhaasebrück, ou qualquer outro lugar onde se estivesse melhor.

— Mas afinal porque diabo te expulsaram? — perguntou Kohlhaas.

— Já lhe digo, patrão! — respondeu o rapaz. — Expulsaram-me porque se queriam ver livres de mim. Porque não podiam dar cabo dos cavalos enquanto eu ali estivesse. Por toda a parte, tanto no pátio como nas instalações da criadagem, olhavam-me de esguelha e, porque eu pensava: «Fazei as caretas que quiserdes!», inventaram o primeiro pretexto e puseram-me na rua.

— Mas com que motivo? Devem ter tido um motivo! — gritou Kohlhaas.

— Claro! — respondeu Herse. — E muito justo. Na tarde do segundo dia que passámos na pocilga, peguei nos cavalos, que estavam imundos, e quis levá-los ao banho. Estava precisamente no portão e ia voltar-me, quando ouvi barulho atrás de mim e vi saírem da sala da criadagem o feitor, o castelão, os criados, os cães, todos a precipitarem-se atrás de mim, gritando: «Pára, patife! Pára, malandro!» Pareciam possessos. O guarda do portão cortou-me a passagem e eu perguntei-lhe, a ele e àquele bando de loucos que me assaltava, que novidade era aquela. O castelão agarrou as rédeas dos murzelos e perguntou, segurando-me pelo peito: «Onde ias com os cavalos?» Eu respondi que lhes ia dar banho. Então pensavam que eu... O castelão gritava: «Ao banho! Grande mariola, eu te ensinarei a nadar, mas na estrada de Kohlhaasenbrück!» Ele e o feitor, que me tinha agarrado uma perna, tiraram-me do cavalo traiçoeiramente e atiraram-me ao chão. Gritei-lhes que fossem ver, porque os arreios, os cobertores e toda a minha roupa ainda estavam na pocilga. Mas ele e os criados, enquanto o feitor levava os cavalos, caíram-me em cima e, com pontapés, com chibatadas e com os cães, deixaram-me meio morto em frente do portão. Tentei levantar-me, gritando: «Ladrões do diabo! Para onde levam os cavalos?», mas o castelão gritou-me que me pusesse fora dali e assobiou aos cães: «Atira-te a ele, César! Atira-te a ele, Lobo!» e assim investiram contra mim uma boa dúzia de mastins, de tal modo que só tive tempo de arrancar um sarrafo nem sei de onde e estender mortos três deles. Estava porém prestes a sucumbir, com os rasgões e as mordeduras, quando soou um assobio, os cães regressaram ao pátio, as portas fecharam-se com o cadeado e eu fiquei caído, desfalecido, na rua.

Kohlhaas, muito pálido, disse com fingida malícia:

— E não querias realmente fugir, Herse?

O criado olhava para o chão, ruborizado, e Kohlhaas insistiu:

— Confessa. O aido não te agradava e pensavas que na cavalariça de Kohlhaasenbrück se está melhor.

— Juro que não. Tinha deixado no aido os arreios, as cobertas e a minha trouxa de roupa. Se fosse isso, não meteria pelo menos no bolso os três florins que tinha escondidos no lenço de seda vermelha, atrás da manjedoura? Diabos levem tudo isto! Se falais assim, arrependo-me de ter deitado fora a mecha com que queria incendiar aquilo.

— Bem, bem — disse o comerciante —, não te queria ofender. Acredito no que me disseste, palavra por palavra, e se fosse preciso poderia jurá-lo sobre a hóstia sagrada. Lamento que não tenhas tido mais sorte, ao meu serviço. Agora vai para a cama, pede uma garrafa de vinho e consola-te; ser-te-á feita justiça.

Ao dizer isto, Kohlhaas levantou-se, redigiu uma relação dos objectos que o criado deixara na pocilga do castelo, especificou os valores, perguntou-lhe também a quanto pensava subirem as despesas de tratamento e, depois de lhe ter apertado a mão novamente, mandou-o embora.

Contou então a Lisbeth, sua mulher, como se tinham passado as coisas e o que estava por baixo daquilo tudo, declarando que estava decidido a apelar para a justiça pública; teve a alegria de ver que ela o fortalecia com toda a alma nesse seu propósito. Dizia ela que decerto outros viajantes, menos pacientes do que ele, teriam de passar por aquele castelo, que seria uma obra de caridade pôr um travão imediato a abusos daquele género e que, quanto às despesas do processo, ela pensaria nos fundos ncessários. Kohlhaas chamou-lhe «sua valente mulher!», passou

alegremente aquele dia e o seguinte em companhia dela e dos filhos e, logo que os seus afazeres o permitiram, voltou a partir para Dresde a fim de apresentar a sua queixa no tribunal.

Ali, auxiliado por um jurisconsulto seu conhecido, estabeleceu uma demanda na qual, após uma exposição circunstanciada do abuso que o barão Venceslau von Tronka cometera contra ele e o seu criado Herse, pedia que ele fosse punido segundo a lei, além da restituição dos cavalos no estado primitivo e de uma indemnização pelos danos sofridos, quer por ele quer pelo seu criado. A causa, na realidade, era clara. A circunstância de os cavalos terem sido retidos ilegalmente lançava uma luz decisiva sobre tudo o resto e, mesmo que se admitisse que os cavalos tinham adoecido por puro acaso, a pretensão do negociante de que eles lhe fossem entregues em boa e perfeita saúde continuava a ser justa. Girando pela cidade, não faltaram a Kohlhaas amigos que lhe prometeram apoiar vivamente a demanda; o seu extenso comércio de cavalos tinha-lhe granjeado relações com os homens mais notáveis da cidade, e a honestidade com que conduzia o negócio garantira-lhe todas as simpatias. Almoçou várias vezes, alegremente, com o seu advogado, também ele cidadão muito respeitado, entregou-lhe uma certa importância em dinheiro para as despesas do processo, e depois de algumas semanas, absolutamente seguro acerca do êxito da sua causa, regressou a Kohlhaasenbrück, para junto de Lisbeth, sua esposa.

Todavia passaram meses e estava prestes a cumprir-se um ano sem que ele recebesse da Saxónia uma simples declaração acerca da queixa apresentada em juízo, e muito menos a sentença. Depois de ter várias vezes reclamado junto do tribunal, perguntou ao seu advogado, em carta confidencial, a razão de um atraso tão excessivo, sabendo então que a queixa fora mandada arquivar em consequência da intervenção de uma alta personalidade. A uma nova carta em que o negociante manifestava o seu espanto e perguntava o motivo de tal coisa, o advogado informou que o barão von Tronka era aparentado com dois fidalgos, Hinz e Kunz von Tronka, um dos quais era copeiro e o outro camareiro do Príncipe. Além do mais, aconselhava-o a, sem se obstinar no recurso a vias legais, procurar recuperar os cavalos que se encontravam em Tronkenburgo, avisava-o de que o barão, que naquele momento se encontrava na capital, parecia ter dado à sua gente ordem para lhos entregar, e concluía pedindo-lhe que, se uma tal solução não lhe agradasse, o dispensasse, pelo menos a ele, de insistir posteriormente na mesma causa.

Kohlhaas, naquele momento, encontrava-se precisamente em Brandeburgo, onde o governador, a cuja jurisdição pertencia também Kohlhaasenbrück, estava ocupado em fundar, com uma doação considerável feita à cidade, diversos estabelecimentos de assistência para pobres e doentes. Empenhava-se, sobretudo, em aparelhar para uso dos enfermos uma fonte de água mineral existente numa aldeia dos arredores, e em cujas virtudes medicamentosas se fundavam mais esperanças do que as que o futuro poderia vir a confirmar. Esse governador, Heinrich von Geusau, que conhecia Kohlhaas por ter feito com ele diversos negócios no tempo da sua estada na corte, permitiu que Herse experimentasse a eficácia da aludida fonte. Este continuava a respirar com dificuldade desde aqueles maus dias no castelo de Tronka, sentindo uma dor no peito a cada movimento.

Aconteceu que o governador se encontrava com Kohlhaas, junto da fonte em que Herse se tratava, quando aquele recebeu, reexpedida pela mulher, a decepcionante carta do seu advogado. O governador,

notando, enquanto conversava com o médico, que Kohlhaas, perturbado, deixava cair uma lágrima na carta que acabara de receber, aproximou-se dele, de um modo cordial e amigável, perguntando-lhe que desgraça tinha acontecido. E uma vez que o negociante, sem responder, lhe entregou a carta para que a lesse, aquele homem digno, conhecedor da injustiça abominável de que ele fora vítima em Tronkenburgo e das consequências que levaram Herse a perder a saúde para sempre, bateu-lhe no ombro, exortando-o a que não perdesse a coragem pois ele próprio o iria ajudar a obter reparação. À noite, quando o negociante, correspondendo ao convite recebido, se dirigiu ao seu castelo, disse-lhe para redigir simplesmente uma súplica ao Píncipe-Eleitor do Brandeburgo, acompanhada por uma breve exposição do acontecido, invocando a sua protecção soberana contra a injustiça que se tinha cometido em seu prejuízo no território saxónico. Prometeu-lhe que faria seguir a petição, juntamente com a carta do advogado, incluindo tudo numa missiva que já tinha preparada para o Eleitor, que não deixaria pela sua parte, se as circunstâncias o permitissem, de intervir junto do Eleitor da Saxónia. Não haveria necessidade de outros passos para obter justiça junto do tribunal de Dresde, a despeito das artes do barão e dos seus apaniguados. Kohlhaas, cheio de alegria, agradeceu do fundo do coração ao governador, esta nova prova da sua benevolência. Disse que só lamentava não ter feito a queixa logo de início em Berlim, sem a apresentar em Dresde, e mais tarde, redigida a petição segundo as prescrições no tribunal local, confiou-a ao governador. Mais esperançado do que nunca no êxito da sua demanda, regressou a Kohlhaasenbrück.

Poucas semanas depois teve o desgosto de saber, através de um alto funcionário da justiça que seguia

para Potsdam em serviço do governador, que o Eleitor tinha entregue a queixa ao seu chanceler, o conde Kahlheim, e que este não se tinha dirigido, como seria natural, à corte de Dresde para inquérito e punição do abuso, mas sim ao fidalgo de Tronka para prévias e melhores informações. O magistrado, que detivera a carruagem diante da porta de Kohlhaas, parecia ter sido incumbido de lhe fazer aquela comunicação e não soube dar resposta satisfatória ao negociante espantado que lhe perguntava o porquê de um tal procedimento. Acrescentou no entanto que o governador lhe recomendava que não se impacientasse; pareceu ter pressa de retomar a viagem, e só ao fim do curto diálogo, por algumas palavras ocasionais, Kohlhaas conseguiu adivinhar que o chanceler Kahlheim era aparentado com a casa de Tronka.

Kohlhaas, a quem já não dava qualquer prazer a sua criação de cavalos, nem a casa, nem o negócio, nem quase a mulher e os filhos, esperou o mês seguinte assaltado por negros pressentimentos. Decorrido esse tempo, tal como tinha previsto, Herse regressou do Brandeburgo, um pouco aliviado pelo tratamento, e com uma carta do governador acompanhada por um longo despacho. Naquela dizia-lhe sentir-se pesaroso por não poder fazer nada, afinal, pela sua causa; remetia-lhe o despacho recebido da chancelaria de Estado e aconselhava-o a retomar os cavalos deixados no castelo de Tronka, esquecendo o restante da sua queixa. A deliberação da chancelaria tinha o seguinte tom: ele, Kohlhaas, segundo o tribunal de Dresde, era um queixoso que não tinha mais que fazer; o barão, em casa de quem deixara os cavalos, não lhos retinha de modo algum; que os mandasse buscar ao castelo ou indicasse onde lhe deviam ser enviados; que, de qualquer modo, não incomodasse mais a chancelaria de Estado com semelhantes intrigas e querelas.

Kohlhaas, pois para ele não se tratava de cavalos — teria sentido a mesma dor se se tratasse de cães —, espumou de cólera ao receber tal despacho. Cada vez que ouvia um ruído no pátio olhava para lá, na mais tormentosa expectativa que alguma vez lhe agitara o coração: a de ver os criados do barão aparecerem para lhe devolver os cavalos magros e esfomeados, talvez com palavras de desculpa, único caso em que a sua alma, educada na escola da vida, se teria resignado a qualquer coisa que não correspondia de modo algum àquilo que sentia. Mas pouco tempo depois veio a saber, por um viajante seu conhecido, que no castelo de Tronka continuavam a utilizar os cavalos nos trabalhos da lavoura do mesmo modo que os animais do barão, e, através da dor de descobrir o mundo em tão medonha desordem, teve a alegria de ver restabelecer-se a ordem no seu próprio coração. Convidou então a vir a sua casa um seu vizinho, o juiz de Kohlhaasenbrück, homem que desde havia muito tempo manifestara o desejo de aumentar os seus bens com a aquisição dos terrenos confinantes com os seus. Pedindo-lhe para se sentar a seu lado, perguntou-lhe quanto estaria disposto a dar pela sua propriedade no principado de Brandeburgo e no da Saxónia, incluindo a casa, a quinta, os móveis e os imóveis. Lisbeth empalideceu ao ouvir estas palavras. Voltou-se e, levantando do chão o filhinho mais novo que estava a brincar, lançou um olhar profundamente angustiado ao marido e a um papel que este tinha na mão. O juíz, olhando-o cheio de espanto, perguntou-lhe que razões o levavam a arquitectar ideias tão estranhas; Kohlhaas, com quanta alegria pôde simular, respondeu que a ideia de vender a sua quinta das margens do Havel não era nova; mais do que uma vez já ambos tinham abordado o assunto; que a sua casa nos subúrbios de Dresde era, em comparação com o resto,

um simples apêndice de que não valia a pena falar; portanto, se o juíz estava disposto a comprar-lhe as duas propriedades, ele, por sua vez, estava pronto a firmar contrato. Com um gracejo um pouco forçado, acrescentou que Kohlhaasenbrük não era afinal o mundo; havia objectivos em face dos quais o facto de dirigir como bom chefe de família os bens domésticos se tornava coisa secundária; em resumo, devia dizer-lhe que a sua alma estava disposta para grandes cometimentos, dos quais possivelmente iria ouvir falar em breve.

O juiz, tranquilizado com estas palavras, disse em tom de gracejo à mulher do negociante, que beijava repetidamente o filho, que certamente o marido não iria querer o pagamento imediato; pousou em cima da mesa o chapéu e a bengala que tinha mantido nos joelhos e pegou no papel que o negociante segurava na mão, para proceder à sua leitura. Kohlhaas, aproximando a cadeira, explicou-lhe que se tratava de um contrato de venda, por ele redigido, vencendo-se ao termo de quatro semanas, e mostrou-lhe que apenas faltavam as assinaturas e a indicação das importâncias da venda e da indemnização, ou seja, do que ele se comprometia a desembolsar se desistisse da transacção dentro das quatro semanas. Encorajou-o novamente a fazer-lhe uma oferta, garantindo-lhe que não iria encontrar dificuldades quanto a preço.

Lisbeth, durante esse tempo, andava nervosamente pela sala; arfava e o lenço com que o menino brincava ameaçava cair-lhe dos ombros. O juiz disse que não estava em condições de avaliar a propriedade de Dresde, mas Kohlhaas, mostrando-lhe cartas trocadas por ocasião da compra, respondeu-lhe que a avaliava em 100 florins de ouro, embora da leitura das cartas resultasse que ela lhe tinha custado cerca de cinquenta por cento mais. O juiz releu o contrato e, verificando

que estava insolitamente estipulada a liberdade, também da sua parte, de desistir da compra, declarou, quase decidido, que não sabia o que fazer dos animais de criação que se encontravam na cavalariça; mas Kohlhaas declarou que não tencionava desfazer-se desses cavalos e que também queria manter algumas armas que tinha ali, o que eliminou a hesitação do juiz, que consentiu, finalmente, em repetir uma oferta, irrisória em relação ao valor da propriedade, que em parte por brincadeira, em parte seriamente, fizera algum tempo antes durante um passeio. Kohlhaas entregou-lhe então pena e tinta para que assinasse. Não acreditando nos próprios olhos, o juiz perguntou-lhe de novo se estava a falar a sério, ao que o negociante retorquiu, um pouco sentido, se o achava capaz de brincar com ele daquela maneira. O juiz pegou então na pena, com uma expressão pensativa, e assinou, riscando a cláusula em que se falava da quantia que o vendedor teria de pagar se se arrependesse do negócio, empenhou-se num empréstimo hipotecário de 100 florins de ouro sobre a propriedade de Dresde, que não desejava adquirir de modo nenhum, e deixou-lhe a plena liberdade de rescindir o contrato no prazo de dois meses. O negociante, comovido com esse comportamento, apertou-lhe a mão calorosamente e, quando se puseram de acordo igualmente sobre a questão essencial, a do pagamento, que ficou combinado ser um quarto imediatamente pago a dinheiro e o restante pelo Banco de Hamburgo dentro de três meses, pediu que lhe trouxessem vinho para festejar a feliz conclusão do negócio. À rapariga que entrou com a garrafa deu ordem para que Sternbald, o criado, lhe selasse o alazão. Devia dirigir-se à capital, segundo explicou, para certos assuntos, e deu a entender que no regresso falaria mais abertamente do que o podia fazer de momento. Enchendo os copos, indagou da

guerra entre Polacos e Turcos, arrastou o juiz para várias conjecturas da vida política e brindou finalmente, uma vez mais, à feliz conclusão do negócio.

Quando o juiz se despediu, Lisbeth caíu de joelhos diante do marido, exclamando:

— Se eu e os filhos que te dei ainda te somos queridos, se por qualquer motivo não nos expulsaste ainda do teu coração, diz-me o que significam esses horríveis preparativos.

Kohlhaas respondeu o seguinte: — Querida mulher, não significam nada que, no ponto em que as coisas estão, te deva preocupar. Recebi um despacho no qual se diz que a minha queixa contra o barão von Tronka é uma querela ociosa. E, uma vez que nisto deve andar um equívoco, decidi apresentar novamente a minha causa, desta vez pessoalmente, ao próprio soberano.

— Mas porque queres vender a tua casa? — exclamou a mulher, levantando-se, com uma expressão perturbada.

O negociante, apertando-a ao peito com ternura, respondeu:

— Querida Lisbeth, num país onde não desejam defender os meus direitos, eu não quero viver. Se tenho de ser pisado, prefiro ser um cão do que um homem! Estou certo de que pensas como eu.

— Quem te diz — perguntou ela com violência — que não defenderão os teus direitos? Se te apresentares ao soberano humildemente, como convém, com a tua pretensão, quem te diz que será lançada para um canto ou que não te quererão ouvir?

— Pois bem — replicou Kohlhaas —, se o meu receio for infundado, a casa ainda não está vendida. Sei que o soberano é justo e, se eu conseguir chegar junto dele, através daqueles que o cercam, não duvido de que obterei justiça. Nesse caso, antes de que decorra uma semana, regressarei alegremente para retomar os

meus negócios. Então poderei permanecer junto de ti até ao fim dos meus dias. Mas parece-me prudente — prosseguiu — manter-me pronto para qualquer eventualidade e por isso desejo, se é possível, que te afastes durante algum tempo e vás com as crianças para casa da tua tia, em Schwerin, que de resto pensas visitar há muito.

— Como?! — gritou a mulher, com o pavor a apertar-lhe a voz. — Então terei de ir para Schwerin?

— Naturalmente — respondeu ele —, e quanto mais depressa melhor, uma vez que tem de ser. Necessito de ter as mãos livres nos passos que tenciono empreender pela minha causa.

— Oh, compreendo-te! Só tens necessidade de armas e cavalos; o resto que o tome quem quiser!

Voltou-se e começou a chorar, lançando-se numa cadeira. Kohlhaas, perturbado, disse:

— Querida Lisbeth, que fazes? Deus deu-me uma mulher, filhos e bens; terei de desejar hoje, pela primeira vez, que tivesse sido de outro modo?

Sentou-se afectuosamente junto dela. Ruborizando-se, Lisbeth lançou-lhe os braços ao pescoço. Ele afastou-lhe os cabelos da testa e prosseguiu:

— Diz-me cá: que devo fazer? Devo dar-me por vencido? Devo ir ao castelo de Tronka e pedir ao barão que me restitua os cavalos, montá-los e conduzi-los para aqui?

Lisbeth não teve coragem para dizer que sim, sacudiu a cabeça, a chorar, abraçou-o com ímpeto e cobriu-lhe o peito de beijos ardentes.

— Muito bem! — exclamou Kohlhaas. — Se sentes que terei de obter justiça para poder continuar a minha actividade, concede-me também a liberdade necessária para a obter.

Levantou-se e, ao criado que lhe anunciava que o alazão estava selado, disse que atrelasse no dia seguinte os baios para conduzir Lisbeth a Schwerin. Esta disse que entretanto lhe tinha vindo uma ideia. Levantou-se, limpou as lágrimas e pediu ao marido, que se sentara na secretária, se concordava em entregar-lhe a petição e a deixá-la ir por sua vez a Berlim para a apresentar ao soberano. Kohlhaas, comovido por mais de um motivo com aquela proposta, sentou-a nos joelhos e disse:

— Querida mulher, isso não é possível. O soberano está sempre cercado de muita gente. Quem se aproxima dele expõe-se a muitas situações desagradáveis...

Lisbeth retorquiu que em muitos casos era mais fácil a uma mulher chegar junto dele do que a um homem.

— Dá-me a petição — repetiu — e, se não queres mais nada senão saber que chegou às mãos dele, garanto-te que assim acontecerá.

Kohlhaas, que tinha numerosas provas da coragem e da prudência da mulher, perguntou-lhe como pensava conduzir-se. Com os olhos no chão, ela respondeu que o castelão do palácio do Eleitor, em tempos, quando prestava serviço em Schwerin, a requestara e agora, embora já tivesse mulher e filhos, ainda a não esquecera completamente; pedia-lhe, em resumo, que a deixasse tirar partido dessa e de outras circunstâncias longas de explicar. Kohlhaas beijou-a com grande alegria, disse que lhe aceitava a proposta, explicou-lhe que bastava alojar-se junto da mulher do castelão para se avizinhar do soberano, entregou-lhe a petição, ordenou que atrelassem os baios e, bem equipada, viu-a partir acompanhada pelo fiel Sternbald.

De todos os passos que Kohlhaas empreendera para obter justiça, este foi porém o mais infeliz. Na verdade, poucos dias depois, Sternbald reentrava na quinta conduzindo vagarosamente a viatura em que Lisbeth se encontrava estendida com uma perigosa

contusão no peito. Kohlhaas, pálido, aproximando-se do carro, não conseguiu obter uma explicação coerente do modo como tinha acontecido aquela desgraça.

O castelão, disse o criado, não se encontrava em casa. Por isso tinham-se ido alojar numa hospedaria nas proximidades do palácio. Na manhã seguinte, Lisbeth deixara a hospedaria, ordenando a Sternbald que ali ficasse com os cavalos, tendo regressado só à tarde, naquele estado. Segundo parecia, tentara aproximar-se da pessoa do soberano com demasiada afoiteza e, sem culpa dele, simplesmente por zelo brutal de um dos guardas que o protegiam, recebera no peito um golpe com a haste de uma lança. Assim tinham pelo menos contado as pessoas que pela tarde a tinham trazido sem sentidos para a hospedaria; ela própria, impedida pelo sangue que lhe golfava da boca, pouco pudera dizer. Um cavaleiro tinha-lhe depois tirado das mãos a petição. Sternbald disse que ele teria saltado imediatamente para um cavalo para lhe vir dar a notícia do infeliz acidente, mas que, apesar da objecção do médico que fora chamado, ela insistira em ser reconduzida para casa do marido, em Kohlhaasenbrück, sem o avisar previamente.

Kohlhaas transportou-a para uma cama onde, respirando com dificuldade e dolorosamente, viveu ainda alguns dias. Todos os esforços para a fazer voltar a si, de modo a esclarecer o que acontecera, foram inúteis: jazia com os olhos fixos e já apagados, e não respondia. Só retomou a consciência pouco antes de morrer. Enquanto um sacerdote luterano (fé, então nos seus inícios, a que se tinha convertido, seguindo o exemplo do marido) lhe lia com voz alta, solene e comovida a Bíblia, ela olhou-o repentinamente com uma expressão sombria, tomou-lhe das mãos o livro sagrado como se procurasse qualquer coisa e mostrou a Kohlhaas, que estava sentado junto da cama, apontando com o dedo, o versículo: «Perdoa aos teus inimigos, faz o bem mesmo àqueles que te odeiam.» Apertou-lhe a mão com toda a alma nos olhos e morreu.

Kohlhaas pensou: «Que Deus nunca me perdoe como eu perdoo ao barão», beijou-a soltando as lágrimas, fechou-lhe os olhos e deixou o aposento. Pegou nos cem florins de ouro que o juiz lhe tinha já entregue pelos estábulos de Dresde e ordenou que se fizesse um funeral que não parecia destinado a ela mas sim a uma princesa: um caixão de carvalho todo guarnecido de metal, almofadas de seda com borlas de ouro e prata e um túmulo da fundura de oito côvados, murado de pedra e cal. Ele próprio, com o filho mais novo nos braços, assistiu ao trabalho, ao lado do coveiro. No dia do funeral, a morta, branca como a neve, foi exposta numa sala que ele mandara forrar de panos negros. Precisamente na hora do funeral, quando o sacerdote acabava de proferir um comovente sermão junto do ataúde, chegou às mãos de Kohlhaas o despacho do soberano em resposta à petição que a falecida entregara: nele se lhe dava ordem de ir buscar os cavalos a Tronkenburgo e de, sob pena de prisão, cessar qualquer posterior actividade em relação àquela pendência.

Kohlhaas meteu a carta no bolso e mandou transportar o caixão para o carro fúnebre: depois de fechado o túmulo e erguida a cruz, despediu-se das pessoas que tinham vindo acompanhar o funeral, ajoelhou-se uma vez mais diante do leito, agora deserto, e aplicou-se imediatamente à obra de vingança. Sentou-se e redigiu uma sentença na qual, em nome do direito das gentes, condenava o barão Venceslau von Tronka a devolver no prazo de três dias, entregando-os em Kohlhaasenbrück, os murzelos que lhe tirara e arruinara nos trabalhos da lavoura, devendo cevá-los pes-

soalmente nas suas cavalariças. Expediu aquela intimação por um mensageiro a cavalo, ordenando-lhe que regressasse imediatamente após a entrega do documento. Decorridos três dias sem que os cavalos fossem devolvidos, chamou Herse, confiando-lhe o que intimara o barão a fazer quanto aos murzelos, e perguntou-lhe duas coisas: se estava disposto a acompanhá-lo ao castelo de Tronka a fim de ir buscar o fidalgo e se, no caso de este se mostrar indolente nas suas obrigações, estava disposto a utilizar o chicote para o meter na ordem. Herse, ao compreender o alcance das palavras do patrão, lançou o boné para o ar, exclamando alegremente: «Hoje mesmo!», e garantiu-lhe que mandaria trançar uma tira de couro, com dez nós para o ensinar a usar a escova. Kohlhaas vendeu a casa, expediu as crianças para lá da fronteira, numa carruagem, convocou os restantes criados, ao todo sete, cada um deles fiel a toda a prova, e entregou-lhes armas e cavalos. Assim partiram para Tronkenburgo.

Com este pequeno grupo invadiu o castelo ao cair da terceira noite, levando de roldão o porteiro e o guarda que conversavam à entrada; incendiaram rapidamente todos os barracões que havia no pátio do castelo e Herse precipitou-se pela escada de caracol que dava acesso à torre, assaltando à punhalada o castelão e o feitor que, semidespidos, jogavam as cartas. Entretanto, Kohlhaas irrompia no castelo em busca do barão. Assim cai do céu o anjo da vingança. O barão lia precisamente aos seus amigos, entre alegres gargalhadas, a intimação do negociante, mas ao ouvir--lhe a voz no pátio empalideceu subitamente e desapareceu gritando aos amigos: «Salvem-se, irmãos!».

Kohlhaas, ao entrar na sala, agarrou pelo peito um tal Hans von Tronka, que lhe tinha vindo ao encontro, e projectou-o contra um canto da sala de modo que os miolos lhe saltaram para as lajes do solo; os criados

dominaram imediatamente os outros fidalgos e ele perguntou onde se encontrava o barão, mas perante a incerteza de todos eles, aturdidos, rebentou a pontapé as portas de duas salas que davam para uma sala lateral. Percorreu o edifício em todos os sentidos, sem encontrar ninguém, e desceu ao pátio, praguejando, para mandar guardar as saídas. Entretanto, atingido pelo fogo dos barracões, já ardia também o castelo com todos os edifícios anexos, enviando para o céu espessas nuvens de fumo. Sternbald, com três homens expeditos, retirava tudo o que se podia levar e amontoava esse espólio entre os cavalos; Herse, exultante, fazia voar pela janelas escancaradas da torre os cadáveres do castelão e do feitor, com mulheres e filhos. Kohlhaas perguntou à velha governanta, doente da gota, que se lhe lançara aos pés quando ele descia as escadas do castelo, onde se encontrava o barão Venceslau von Tronka, e dado que ela, com voz sumida, lhe respondeu que supunha o fidalgo na capela, chamou dois criados com archotes, mandando, à falta de chaves, arrombar a porta com paus e machados; virou altares e bancos mas teve a decepção e a raiva de não encontrar ali quem procurava.

Enquanto Kohlhaas regressava da capela, um dos jovens criados do castelo acorria para tirar de um espaçoso estábulo construído em pedra, ameaçado pelas chamas, os ginetes de guerra do barão. Kohlhaas, vendo precisamente naquele momento os dois murzelos num pequeno alpendre coberto de palha, perguntou ao rapaz por que não salvava os seus cavalos, ao que este, metendo a chave na porta, lhe respondeu que o alpendre já estava em chamas. Kohlhaas, arrancando-lhe a chave com violência, lançou-a por cima do muro e, picando o criado com uma arma branca, empurrou-o para dentro da barraca ardente, obrigando-o a salvar os cavalos entre as gargalhadas

ferozes dos seus homens. Mas quando o rapaz, pálido de pavor, saiu com os animais à mão poucos segundos antes de o alpendre cair em escombros, já não encontrou o negociante. Este estava no pátio, cercado pelos seus criados, e, quando aquele lhe perguntou o destino que devia dar aos cavalos, voltou-lhe as costas repetidas vezes, após o que levantou subitamente a perna numa tentativa de lhe dar um pontapé que, se o atingisse, o poria às portas da morte. Depois, sem responder, montou o baio, colocou-se junto do portão do castelo e, enquanto os criados prosseguiam a sua obra de vingança, esperou o dia, em silêncio.

Quando a manhã despontou, não restavam do castelo senão ruínas fumegantes, e, além de Kohlhaas e da sua gente, não se encontrava ali viva alma. O negociante desmontou e percorreu uma vez mais todo o lugar à luz do sol que iluminava todos os escaninhos. Por mais doloroso que isso lhe fosse, teve de se convencer que o assalto ao castelo falhara uma vez que o barão conseguira escapar. Com o coração cheio de amargura expediu Herse e mais alguns homens para obterem notícias acerca da direcção em que a fuga do fidalgo se tinha dado. Preocupava-o sobretudo o convento de Erlabrunn, colégio para donzelas nobres, situado nas margens do Mulde. A abadessa, Antónia von Tronka, era conhecida em toda a região como pessoa piedosa, benevolente e santa. Ao desventurado Kohlhaas parecia muito provável que o barão, privado de quaisquer meios como tinha ficado, se houvesse refugiado no convento; a abadessa era sua tia direita e educara-o na primeira infância. Informado desse pormenor, Kohlhaas subiu à torre da intendência, onde ainda se encontrava um aposento habitável, e redigiu uma proclamação em que convi-

dava o país a não prestar qualquer auxílio ao barão Venceslau von Tronka, com quem ele se achava em guerra justa, e intimava todos os habitantes, sem excluir parentes e amigos, a entregar-lho sob pena de morte e de destruição inexorável de qualquer propriedade que possuíssem. Difundiu essa declaração por toda a parte servindo-se de viajantes e forasteiros, entregando uma cópia a Waldmann com o encargo exclusivo de a entregar a Dona Antónia, em mão própria, em Erlabrunn. Arrolou então alguns criados do barão que, descontentes e atraídos pela perspectiva do espólio, se prontificaram a entrar ao seu serviço; armou-os com bestas e punhais à maneira dos soldados de infantaria e ensinou-os a manterem-se na garupa atrás dos cavaleiros. Converteu em dinheiro tudo quanto os seus tinham saqueado, distribuiu-o entre eles, e, debaixo do portão, repousou algumas horas dos seus tristes trabalhos.

Por volta do meio-dia, Herse, regressando, confirmou-lhe aquilo que o coração já lhe tinha dito, sempre inclinado a sombrios pressentimentos: que o barão se encontrava no convento de Erlabrunn, junto da sua velha tia, a abadessa Antónia von Tronka. Tinha-se posto a salvo, segundo parecia, por uma porta das traseiras do castelo que dava para o ar livre e conduzia, por uma escada de pedra e um pequeno coberto, a um ancoradouro de barcos no Elba. Pelo menos, segundo Herse referia, o barão aparecera por volta da meia-noite numa aldeia das margens do rio, no meio das pessoas que se tinham juntado para ver o clarão do incêndio do castelo, vindo num barco sem leme nem remos; dali prosseguira numa carroça para Erlabrunn.

Perante tal notícia, Kohlhaas soltou um profundo suspiro, perguntou se os cavalos tinham recebido o penso, e, dado ter obtido resposta afirmativa, orde-

nou que montassem; três horas depois já estava diante de Erlabrunn. Sob o longínquo trovejar de um temporal no horizonte, e com os archotes acesos às portas do burgo, entrou no pátio do convento. O criado Waldmann estava precisamente a informá-lo de ter devidamente entregue a proclamação, quando viu aparecer no portal do edifício a abadessa e o administrador. Este, um homem baixo e idoso, lançando a Kohlhaas olhares furibundos, dava ordens para que lhe pusessem a couraça e gritava audaciosamente aos criados que o cercavam que tocassem o sino a rebate. A abadessa, por sua vez, com o crucifixo de prata nas mãos, branca como linho, descia as escadas com todas as suas noviças e lançava-se aos pés do cavalo do negociante. Enquanto Herse e Sternbald reduziam à impotência o administrador, que não trazia espada, e o conduziam prisioneiro para o meio dos cavalos, Kohlhaas perguntou o paradeiro do barão. A abadessa, tirando do cinto um grande molho de chaves, respondeu: — Em Wittenberg, digno Kohlhaas! — acrescentando com voz trémula: — Teme a Deus e não faças o mal! O negociante, novamente mergulhado no inferno da vingança, voltou o cavalo e preparava-se para gritar: «Lancem o fogo a isto!» quando um raio terrível caiu perto dele. Voltou novamente o cavalo para ela e perguntou-lhe se tinha recebido a proclamação.

— Recebi-a há pouco — respondeu ela com voz débil e quase imperceptível.

— Quando?

— Há duas horas. Deus é testemunha de que me chegou às mãos depois da partida do barão, meu sobrinho.

E dado que Waldmann, o criado para quem Kohlhaas se voltou com um olhar torvo, lhe confirmou, balbuciando, que assim era porque as águas do Mulde, aumentadas com as chuvas, o tinham impe-

dido de chegar antes, o negociante recompôs-se. Uma súbita e violenta bátega que se abateu nas lajes do pátio, apagando os archotes, aplacou a dor no seu peito infeliz. Ergueu ligeiramente o chapéu diante da dama, voltou o cavalo e esporeou-o, dizendo:

— Sigam-me, irmãos, o barão está em Wittenberg!

Assim deixou o convento. Como já era noite escura, desceu numa hospedaria à margem da estrada, onde a grande fadiga dos cavalos o obrigou a repousar um dia; e, reconhecendo que com um punhado de dez homens (tantos eram os que agora contava) não podia defrontar uma praça como Wittenberg, redigiu uma nova proclamação, na qual, após um breve relato de tudo o que lhe acontecera, intimava todo o bom cristão, como dizia, com a promessa de pagamento e outras vantagens de guerra, a abraçar a sua causa contra o barão von Tronka, inimigo comum de todos os cristãos. Noutra proclamação que apareceu pouco depois, declarava-se «livre, não sujeito ao Império ou a outros do mundo, salvo a Deus»; exaltação mórbida e de má lei que, unida ao som do seu dinheiro e à previsão das pilhagens, lhe trouxe farto concurso entre a malta que a paz com a Polónia deixara sem pão. Contava trinta e tal homens quando passou para a margem direita do Elba a fim de reduzir Wittenberg a cinzas. Acampou com cavalos e homens num velho telheiro em ruínas, na solidão de um espesso bosque que então circundava a cidade. Sternbald fora enviado à cidade, sob um bom disfarce, a difundir a proclamação; logo que soube que esta era já conhecida dos habitantes, na véspera de Pentecostes, levantou o acampamento e atacou a cidade enquanto os habitantes estavam mergulhados no sono, ateando incêndios ao mesmo tempo em vários pontos. Enquanto os seus homens saqueavam os subúrbios, colou no pilar de

uma igreja uma proclamação do teor seguinte: tinha sido ele, Kohlhaas, quem incendiara a cidade, e se o barão não lhe fosse entregue, prosseguiria de tal modo que, conforme dizia, não haveria necessidade de olhar atrás de qualquer parede para ver se ele lá estava.

O pavor dos habitantes por este feito inaudito foi indescritível. O incêndio, dado que a noite de Verão estava muito calma, destruiu apenas dezanove casas, entre as quais porém uma igreja. Logo que o fogo foi dominado, o velho alcaide, Otto von Gorgas, mandou sair ao romper do dia uma bandeira de cinquenta homens para capturar o louco sanguinário. Mas o capitão que a comandava, um certo Gerstenberg, portou-se tão mal que a expedição, em vez de abater Kohlhaas, lhe conferiu uma perigosa glória militar. Este homem de armas, na realidade, tendo dividido os homens em vários piquetes, para o cercar, como pensava, e esmagar, foi atacado e batido em vários pontos por Kohlhaas, que mantinha reunido o seu grupo, e de tal forma que na tarde do dia seguinte não estava em campo contra ele um só homem daquela tropa na qual repousava a esperança de Wittenberg. Kohlhaas, que nestes recontros perdera alguns homens, aplicou novamente o fogo à cidade na manhã seguinte, e as suas cruéis disposições foram tão bem tomadas que de novo reduziram a cinzas um grande número de casas e quase todos os celeiros dos subúrbios. Ao mesmo tempo afixou de novo a proclamação já conhecida, desta vez na esquina da própria câmara municipal, acrescentando a notícia da sorte que tivera o capitão Gerstenberg enviado pelo alcaide e desbaratado. Este, desvairado com aquela bravata, colocou-se ele próprio, com diversos cavaleiros, à testa de cento e cinquenta homens. Ao barão Venceslau von Tronka,

que lha tinha pedido por escrito, deu uma escolta para o proteger da violência do povo que pretendia que ele fosse sem demora afastado da cidade. Depois de ter colocado corpos de guarda em todas as aldeias dos arredores e guarnecido de sentinelas as muralhas da cidade para prevenir um ataque de surpresa, entrou ele próprio em campanha, no dia de São Gervásio, para capturar o dragão que devastava o país. Mas Kohlhaas foi suficientemente hábil para evitar um recontro directo com aquelas forças; depois de ter atraído o alcaide, com astuciosas manobras, a cinco milhas da cidade e de lhe ter feito crer, com diversos estratagemas, que se retiraria para o principado de Brandeburgo, temeroso da sua inferioridade, voltou repentinamente ao cair da terceira noite e chegou fogo a Wittenberg pela terceira vez.

Herse, disfarçado, entrou na cidade e levou a cabo essa terrível proeza. Soprava um violento vento norte, e o incêndio foi tão devastador que em menos de três horas devorou quarenta e duas casas, duas igrejas, vários conventos e escolas e a própria câmara municipal, tudo reduzido a cinzas e a escombros.

O alcaide, que ao romper do dia supunha já o seu adversário em território brandeburguês, regressou a marchas forçadas logo que teve conhecimento do que acontecera e encontrou a cidade em plena revolta. Milhares de pessoas tinham-se aglomerado diante da casa do barão, barricada com paus e troncos, exigindo, com gritos furiosos, que ele fosse afastado da cidade. Dois burgomestres, Jenkens e Otto, revestidos com as suas insígnias oficiais, tinham-se apresentado, à frente de todo o conselho, para acalmar os ânimos e demonstrar, aliás em vão, que de qualquer modo era necessário aguardar o regresso de um mensageiro enviado com urgência ao chefe da chancelaria de Estado pe-

dindo a permissão de conduzir o barão a Dresde, cidade aonde de resto, ele próprio, e por vários motivos, desejava ir. A multidão, insensível a raciocínios, armada com barras e os mais diversos utensílios, não lhes dava ouvidos e, maltratando alguns conselheiros que propunham medidas enérgicas, preparava-se precisamente para assaltar e arrasar a casa onde o barão se refugiava, quando o alcaide Otto von Gorgas, à testa do seu destacamento, apareceu na cidade.

Era um homem digno, habituado a provocar no povo obediência e respeito com a sua simples presença. À laia de compensação pelo seu fracasso conseguira, quase às portas da cidade, aprisionar três dos homens arrolados para o incêndio. E enquanto os três rebeldes, sob os olhos da multidão, eram acorrentados, o alcaide, com um hábil discurso em que garantia à municipalidade estar certo de poder conduzir em breve, igualmente acorrentado, o próprio Kohlhaas, em cujo encalço já estava, conseguiu, graças a todas estas circunstâncias tranquilizantes, acalmar o terror do povo aglomerado e convencê-lo a suportar a presença do barão até ao regresso do mensageiro de Dresde. Seguido por alguns fidalgos, apeou-se, mandou afastar a barricada que protegia o edifício e entrou em casa do barão, encontrando-o acometido por sucessivos desmaios e assistido por dois médicos que tentavam fazê-lo recobrar os sentidos com essências e estimulantes. Sentindo não ser aquele o melhor momento para travar uma discussão com o homem que provocara tudo aquilo com o seu comportamento, disse-lhe apenas, com um olhar de profundo desprezo, que se vestisse e o acompanhasse, para sua segurança, à prisão para nobres. Colocaram-lhe em cima um gibão e um elmo, e apareceu na rua, ainda desabotoado por causa da falta de ar, sustentado pelo alcaide e pelo conde von Gerschau,

seu cunhado, tendo sido recebido por um coro de imprecações horríveis, maldições e insultos. O povo, contido a custo pelos soldados, chamava-lhe sanguessuga, tirano, maldição da cidade de Wittenberg e ruína da Saxónia. Após uma triste procissão entre os escombros de inúmeras casas, durante a qual perdeu várias vezes, sem dar por isso, o elmo, que um cavaleiro que seguia atrás dele voltava a pôr no lugar, atingiram finalmente a prisão, onde uma torre o acolheu, sob a protecção de uma importante guarda.

Entretanto, o regresso do mensageiro com a decisão soberana mergulhou novamente a cidade na apreensão. O governo, a quem os cidadãos de Dresde tinham enviado imediatamente uma súplica, não admitia a presença do barão na capital enquanto o incendiário não fosse reduzido à impotência. Pelo contrário, intimava o alcaide a proteger o barão onde ele se encontrasse, com as forças de que dispunha, porque afinal em algum lugar ele teria de se abrigar. Para tranquilidade dos bons cidadãos de Wittenberg anunciava, porém, que um batalhão de quinhentos homens, comandados pelo príncipe Frederico von Meissen, já se encontrava a caminho para proteger a cidade de novas agressões. O alcaide viu perfeitamente que uma tal resposta não iria sossegar, de modo algum, a populção: não só as pequenas vantagens que o negociante de cavalos conseguira em diversos pontos diante da cidade faziam correr boatos pouco tranquilizadores acerca da importância das suas forças, como ainda a guerra que ele fazia na escuridão da noite com pez, palha e enxofre, mediante gente disfarçada e audaciosa, era tão inaudita e sem exemplo que tornaria ineficaz uma força de protecção ainda maior do que aquela com que von Meissen se aproximava. O alcaide, depois de uma curta meditação, decidiu portanto

não revelar a resposta recebida. Afixou apenas no lugar habitual a carta em que o príncipe anunciava a sua chegada; e uma carruagem fechada, saindo aos primeiros alvores da manhã do pátio da prisão dos nobres, tomou a estrada de Leipzig escoltada por quatro cavaleiros armados, que deixaram vagamente perceber que se dirigiam à fortaleza de Pleissenburgo. Acalmada assim a população sobre o destino do infame fidalgo, cuja presença significava para ela ferro e fogo, o alcaide pôs-se a caminho com um destacamento de trezentos homens para se reunir com von Meissen.

Entretanto, o número de seguidores de Kohlhaas, graças ao singular prestígio que ele conseguira, tinha-se efectivamente elevado para cento e nove cabeças. Descobriram em Jessen um depósito de armas, tendo-se equipado completamente, o que levou o negociante, advertido da dupla tempestade que o ameaçava, a decidir afrontá-la com a rapidez do vento antes que ela se desencadeasse em cima dele. No dia seguinte atacou ainda de noite e de surpresa as forças do príncipe, perto de Mühlberg, e neste encontro teve a dor de perder Herse, que caiu a seu lado aos primeiros tiros. Exasperado com uma tal perda, redobrou a violência da refrega e, após uma batalha de três horas, infligiu tal derrota ao príncipe, que este, não conseguindo reunir as suas tropas no burgo, e gravemente ferido, foi forçado a retirar-se para Dresde em completa desordem. Tornado temerário com este sucesso, Kohlhaas voltou-se e, antes que o alcaide pudesse ser informado dos acontecimentos, atacou-o em pleno dia e em campo aberto junto da aldeia de Damerow. Bateu-se com ele, tendo tido perdas importantes, mas com vantagens iguais, até ao cair da noite, e teria certamente renovado o assalto no dia seguinte, apesar

do cansaço dos homens, se entretanto o alcaide, que se refugiara no cemitério de Damerow, conhecedor através de batedores da derrota sofrida em Mühlberg pelo príncipe, não tivesse achado mais prudente regressar também ele a Wittenberg, na esperança de melhor ocasião. Cinco dias depois de ter infligido aos dois chefes tais derrotas, Kohlhaas aparecia diante de Leipzig e lançava fogo à cidade em três pontos diferentes.

Na proclamação então divulgada, chamava-se a si próprio «lugar-tenente do arcanjo Miguel», com a incumbência de vir punir a ferro e fogo todos aqueles que tomassem o partido do barão, assim como a pouca-vergonha em que o mundo decaíra. Do castelo de Lützen, do qual se tinha apoderado de surpresa e em que se tinha entrincheirado, convidava o povo a unir-se-lhe para a constituição de uma melhor ordem das coisas, terminando o texto da proclamação com uma espécie de arrebatamento: «Redigido no castelo de Lützen, sede provisória do nosso governo universal». Quis a boa sorte dos habitantes de Leipzig que o fogo não se difundisse muito, em virtude de uma chuva insistente que caía do céu e da rapidez das instituições locais de combate aos incêndios: arderam apenas algumas lojas situadas em torno do castelo de Pleissenburgo. Foi no entanto indescritível o pânico na cidade com a presença do incendiário furioso e a sua errada suposição de que o barão se encontrava em Leipzig. Em seguida, quando um destacamento de cento e oitenta homens a cavalo, enviados contra ele, regressou à cidade completamente destroçado, não restou outro recurso às autoridades, uma vez que não desejavam pôr em perigo as riquezas da cidade, senão fechar todas as portas e obrigar os habitantes a exercer, dia e noite, uma apertada vigilância fora das muralhas. A municipalidade mandou afixar nas aldeias circunvizinhas editais com a garantia formal de o barão não

se encontrar no castelo de Pleissenburgo; o negociante garantia em editais semelhantes que o barão se encontrava ali e declarava que, mesmo que ali não estivesse, ele teria agido do mesmo modo até lhe ser indicado exactamente o lugar onde ele se encontrava. O Eleitor, informado por um mensageiro da grave situação em que Leipzig se encontrava, declarou que já estava a recrutar um regimento de dois mil homens, do qual tomaria o comando pessoalmente, a fim de capturar Kohlhaas. Enviou a Otto von Gorgas, o astucioso alcaide, uma severa reprimenda pelo ardil irreflectido e de dois gumes de que se tinha servido para evitar a presença do incendiário na região de Wittenberg. Ninguém pode descrever o pânico que subitamente se apoderou de toda a Saxónia, e sobretudo da capital, quando se soube que nas aldeias vizinhas de Leipzig estava afixada uma declaração, dirigida a Kohlhaas, garantindo que o barão Venceslau se encontrava em Dresde, em casa dos seus primos Hinz e Kunz. Desconhecia-se o responsável por tal declaração.

Em face de semelhante situação, o doutor Martinho Lutero, estribado no prestígio que lhe advinha da sua posição no mundo, chamou a si a tarefa de reconduzir Kohlhaas, com a força da persuasão, aos varais da ordem estabelecida. Contando com um elemento firme no coração do incendiário, endereçou-lhe uma mensagem do teor seguinte, que foi afixada em todas as cidades e aldeias do principado:

«*Kohlhaas, tu que pretendes ter sido enviado para empunhar a espada da justiça, como podes ser tão temerário, na loucura de uma paixão cega, se da cabeça aos pés estás tu próprio cheio de injustiça? Porque o soberano de quem dependes te negou o direito no litígio por bens insignificantes, revoltas-te, infeliz, com ferro e fogo, e irrompes na pacífica comunidade*

que ele protege como se fosses o lobo do deserto. Tu, que seduzes os homens com tal afirmação cheia de mentira e de astúcia, acreditas, pecador, que ela te bastará perante Deus no dia em que todos os escaninhos do coração se abram à luz? Como podes afirmar que te foi negado o teu direito, se tu, com ânimo feroz, atiçado pelo apetite de uma baixa vingança pessoal, desististe na realidade de o procurar após as primeiras e ligeiras tentativas terem fracassado? Os aguazis e os esbirros que interceptam uma carta ou retêm uma sentença são para ti a autoridade? Devo dizer-te, eu, ó ímpio, que a autoridade nada sabe do teu caso — que digo?, o soberano contra o qual te revoltas ignora até o teu nome. Se um dia compareceres perante o trono de Deus com o propósito de o acusar, ele poderá responder com o rosto sereno: «A este homem, Senhor, não causei qualquer dano porque a sua existência é ignorada até pela minha alma.» A espada que empunhas, fica sabendo, é a espada da rapina e do assassínio; és um rebelde e não o paladino da justiça divina. O teu fim na terra será a roda e a forca, e no além a perdição eterna destinada ao crime e à impiedade.

Wittenberg, etc.

Martinho Lutero»

No castelo de Lützen, Kohlhaas estava precisamente a revolver no peito lacerado um novo plano para incinerar Leipzig. Ao anúncio de que o barão se encontrava em Dresde, afixado nas aldeias, ele não prestava qualquer crédito; o anúncio não estava assinado por ninguém e muito menos pela municipalidade, como ele tinha pedido. Sternbald e Waldmann descobriram o manifesto de Lutero que, para sua enorme confusão, fora afixado durante a noite no portão do castelo. Esperaram que Kohlhaas o descobrisse por

si próprio, pois não desejavam fazer-lho notar, mas foi inútil; sombrio e ensimesmado, ele só aparecia pela noite, mesmo assim apenas para dar ordens breves, sem reparar em nada. Desse modo, uma manhã em que ele se preparava para enforcar alguns dos seus homens que tinham, contra a sua vontade, saqueado os arredores, eles decidiram apontar-lhe o manifesto. Regressava ele, precisamente, da execução, entre alas de povo abertas com temor, e com a pompa que lhe era habitual desde a última proclamação: uma grande espada de querubim, transportada sobre uma almofada de couro vermelho adornada com borlas douradas, que o precedia, e doze homens com tochas acesas que o seguiam — quando Sternbald e Waldmann, sobraçando as espadas de modo a chamar-lhe a atenção, começaram a rodar em torno do pilar em que o manifesto estava colado, de modo a surpreendê-lo. Kohlhaas seguia com as mãos atrás das costas, imerso nas suas reflexões, e ao chegar ao portão ergueu os olhos e estacou; os dois desviaram-se então respeitosamente e ele aproximou-se do pilar com passos rápidos. Quem poderá descrever o que se passou na sua alma ao descobrir o papel que o acusava de injustiça, assinado pelo nome mais querido e venerado que ele conhecia, o nome de Martinho Lutero! Um rubor sombrio apareceu-lhe no rosto; releu-o duas vezes, tirando o elmo, voltou-se com olhares pouco seguros para os seus homens como se quisesse dizer qualquer coisa, não disse nada, descolou o manifesto, leu-o uma vez mais e gritou:

— Waldmann, manda selar o meu cavalo! Sternbald, segue-me ao castelo.

Desapareceu rapidamente. Tinham bastado aquelas poucas palavras para o desarmar completamente de toda a sua ferocidade.

Disfarçou-se de camponês turíngio, disse a Sternbald que um assunto da maior importância o chamava a Wittenberg, entregou-lhe na presença de alguns dos melhores homens o comando das tropas que se mantinham em Lützen, e, garantindo que regressaria dentro de três dias, durante os quais não era de temer qualquer ataque, partiu.

Com um nome suposto albergou-se numa hospedaria e, logo que caiu a noite, envolto no capote e munido de duas pistolas apanhadas em Tronkenburgo, introduziu-se no quarto de Lutero. Este, sentado entre papéis e livros, viu o estranho desconhecido abrir e fechar a porta e perguntou-lhe quem era e o que queria, mas logo que o homem, que tinha o chapéu na mão em sinal de respeito, respondeu, com o tímido pressentimento do pavor que ia provocar, que era Michael Kohlhaas, o negociante de cavalos, Lutero gritou:

— Longe de mim!

Ergueu-se precipitadamente da escrivaninha e correu para uma sineta, acrescentando:

— O teu hálito é peste, a tua presença perdição.

Kohlhaas, sem se mover do lugar, tirou uma pistola e disse:

— Reverendo, esta pistola me estenderá sem vida aos vossos pés se tocais a sineta. Sentai-vos e ouvi-me; não estais menos seguro comigo do que com os anjos de quem transcreveis os salmos.

— Que queres? — perguntou Lutero, sentando-se.

Kohlhaas respondeu:

— Refutar a vossa opinião de que eu seja um homem injusto! No vosso manifesto afirmastes que as autoridades nada sabem da minha queixa; pois bem, arranjai-me um salvo-conduto, e eu irei a Dresde expor o meu caso.

— Homem ímpio e terrível — gritou Lutero, confuso e ao mesmo tempo serenado por aquelas palavras. — Quem te deu o direito de assaltar, por força de uma tua arbitrária sentença, o barão von Tronka e, por não o encontrares no castelo, pôr a ferro e fogo toda a comunidade que o protege?

— Reverendo, ninguém, até agora! — replicou Kohlhaas. — Uma notícia que recebi de Dresde iludiu-me, seduziu-me! A guerra que movo à comunidade é efectivamente um crime se, como dissestes, não fui dela excluído.

— Excluído! — exclamou Lutero, olhando-o. — Que loucura se apossou de ti? Quem te teria excluído da comunidade do Estado onde vives? Onde aconteceu — desde que existem Estados — que tenham excluído algum cidadão, seja ele qual for?

— Chamo excluído — respondeu Kohlhaas, apertando o punho — àquele a quem é recusada a protecção da lei! Tenho necessidade dessa protecção para a prosperidade do meu pacífico negócio. Por ela é que me refugio na comunidade, com todos os bens que possuo e faço por aumentar. Quem me nega essa protecção expulsa-me, colocando-me ao nível dos selvagens, colocando-me na mão — como podereis negá-lo? — a maça que me protege a mim mesmo.

— Quem te negou a protecção da lei? — gritou Lutero. — Não te escrevi que a queixa que apresentaste é desconhecida do príncipe a quem a dirigiste? Se, nas costas dele, os funcionários anulam processos, ou sem seu conhecimento usam ilegalmente o seu nome sagrado, quem poderá, além de Deus, pedir-lhe contas da escolha de tais servidores? Terás acaso tu, homem celerado e amaldiçoado de Deus, o direito de o julgar?

— Pois bem — retorquiu Kohlhaas —, se o soberano me não exclui, regressarei à comunidade que ele protege. Repito: obtei-me um salvo-conduto para Dresde, dissolverei a tropa que reuni no castelo de Lützen, e apresentarei novamente ao tribunal a demanda que se recusaram a considerar.

Lutero, com uma expressão contrariada, juntou os papéis que tinha espalhados na escrivaninha e calou-se. A atitude de desafio que aquele homem singular tomava em relação ao Estado contrariava-o, e, voltando a pensar na intimação que ele enviara de Kohlhaasenbrück ao barão, perguntou-lhe o que pretendia ele afinal do tribunal de Dresde. Kohlhaas respondeu:

— O castigo do barão em conformidade com a lei, a restituição dos cavalos no estado anterior e indemnização pelos prejuízos que tanto eu como o meu criado Herse sofremos com a violência de que fomos vítimas.

— Indemnização dos prejuízos! — gritou Lutero. — Com promissórias e penhores feitos a judeus e cristãos levantaste milhares para financiar a tua vingança selvagem! Também meterás isso em conta quando se fizer a revisão do processo?

— De modo nenhum! — respondeu Kohlhaas. — A casa, as terras e a abastança de que gozava não as reclamo, nem sequer as despesas do funeral de minha mulher. A velha mãe de Herse apresentará a nota das despesas médicas e uma descrição pormenorizada do que o filho perdeu no castelo de Tronka; o prejuízo que sofri pela impossibilidade de vender os meus murzelos, o governo que o mande avaliar por um perito.

— Homem louco, assustador e incompreensível! — disse Lutero, olhando-o. — Agora que a tua espada se vingou do barão da maneira mais cruel que se possa imaginar, que te força a pretender uma sentença contra

ele, que, se for obtida, o castigará afinal com uma pena de tão escasso relevo?

Com uma lágrima a deslizar-lhe pela face, Kohlhaas replicou:

— Reverendo, este caso fez-me perder a minha mulher. Quero mostrar ao mundo que não morreu por uma causa injusta. Resignai-vos à minha vontade sobre esse ponto e deixai que o tribunal se pronuncie. Quanto ao resto que possa ser ainda controverso, resigno-me eu à vossa opinião.

— O que pedes — disse Lutero —, se as circunstâncias são aquelas que constam publicamente, é justo. E se, antes de proceder arbitrariamente à tua vingança, tivesses sabido apresentar a demanda à decisão do soberano, não duvido que te seria dada satisfação sob todos os pontos. Mas, bem considerado todo o caso, não terias feito melhor em perdoar ao barão, por amor do teu Redentor, pegado nos murzelos pelas rédeas, magros e exaustos como estavam, e, montando neles, regressado a Kohlhaasenbrück para os engordar novamente nas tuas cavalariças?

— Pode ser, mas também pode ser que não! — disse Kohlhaas, aproximando-se da janela. — Se eu tivesse sabido que a restituição dos murzelos ia exigir o sangue da minha querida mulher, poderia acontecer que eu fizesse como dizeis, e não pouparia almudes de aveia. Mas uma vez que tudo isso me veio a custar tão caro, penso que as coisas devem seguir o seu curso; deixai que a justiça se pronuncie como tenho direito e que o fidalgo engorde os meus cavalos.

Lutero, que, pensativo, tinha voltado a pegar nos seus papéis, disse que trataria por ele com o Eleitor. Enquanto esperava, devia manter-se quieto no castelo de Lützen. Se o príncipe lhe concedesse o salvo-conduto, ele seria avisado por manifesto público.

— Para dizer a verdade — acrescentou, enquanto Kohlhaas se inclinava para lhe beijar a mão —, não sei se o Eleitor quererá conceder a graça em vez de justiça. Pelo que ouvi, recrutou um regimento e dispõe-se a surpreender-te no castelo de Lützen. Pela minha parte, como já te disse, não me pouparei a esforços.

Com estas palavras, levantou-se e fez menção de o despedir. Kohlhaas declarou que a intervenção dele o garantia plenamente quanto a esse ponto, e Lutero saudou-o, mas subitamente aquele dobrou os joelhos e declarou que ainda tinha outro pedido a fazer-lhe. De facto, no dia de Pentecostes, dia em que costumava ir à ceia do Senhor, tinha descurado a Igreja, desviado por aquela sua empresa guerreira. Quereria ele ter a bondade de receber, sem maior preparação, a sua confissão e proporcionar-lhe os benefícios do Santo Sacramento?

Lutero, após um momento de reflexão, fixando-o nos olhos, disse:

— Fá-lo-ei, Kohlhaas! Mas o Senhor, de quem desejas receber o corpo, perdoou aos seus inimigos. Queres — acrescentou, enquanto o negociante o olhava, perturbado — perdoar também ao barão que te ofendeu, ir a Tronkenburgo, montar os teus murzelos e reconduzi-los a Kohlhaasenbrück para os engordar?

— Reverendo... — disse Kohlhaas, ruborizando-se e pegando-lhe na mão.

— Então?

— O Senhor não perdoou a todos os seus inimigos. Permiti que eu perdoe aos dois Eleitores, ao castelão e ao feitor, aos senhores Hinz e Kunz e a qualquer outro que me tenha ofendido neste caso; mas, se possível, seja-me permitido obrigar o barão a engordar os meus cavalos.

A estas palavras, Lutero voltou-lhe as costas com um olhar aborrecido e puxou a sineta. Enquanto se anunciava o criado na antecâmara, com uma luz, Kohlhaas levantou-se do chão, confuso, enxugando os olhos; e dado que o criado, enquanto Lutero voltava a mergulhar nos seus papéis, tentava sem resultado abrir a porta, fechada com um cadeado, o negociante abriu-a. Lutero, indicando-lhe com os olhos o visitante, disse ao criado que lhe iluminasse o caminho, e este, espantado com a presença daquele forasteiro e esperando que ele saísse para o acompanhar, tomou a chave da porta da rua que estava pendurada na parede e aguardou junto da porta semiaberta. Kohlhaas, com o chapéu na mão, disse:

— Portanto, reverendo, não posso obter o benefício da reconciliação que vos pedi?

Lutero respondeu secamente:

— Com o teu Salvador, não. Com o teu soberano, isso dependerá da tentativa que te prometi.

Fez sinal ao criado para acompanhar o visitante sem esperar mais. Kohlhaas levou a mão ao peito com sinais de um profundo sofrimento, seguiu o homem que lhe iluminava o caminho e desapareceu.

Na manhã seguinte, Lutero endereçou uma missiva ao Eleitor da Saxónia, na qual, após uma severa alusão aos senhores Hinz e Kunz von Tronka, camareiro e copeiro-mor que, como era notório, tinham interceptado a demanda, declarava ao soberano, com a sua habitual franqueza, que em tão desgraçadas circunstâncias não havia outro remédio senão aceitar a proposta do negociante, concedendo-lhe a amnistia pelo que acontecera, a fim de reabrir o processo. A opinião pública, observava ele, inclinava-se perigosamente para o lado daquele homem, de tal modo que até em Wittenberg, três vezes incendiada, se levantavam vozes em

seu favor; e dado que, no caso de uma recusa, ele decerto a divulgaria junto do povo com os mais acerbos comentários, isso poderia ser facilmente explorado de modo a colocar a autoridade nas piores dificuldades. Concluía dizendo que num caso tão extraordinário era necessário passar por cima dos escrúpulos de negociar com um cidadão que recorrera à violência; a maneira como haviam procedido com ele tinha, de algum modo, feito com que ele se pudesse considerar fora da comunidade. Em resumo, para se sair daquele embaraço, era necessário considerá-lo mais como uma potência estrangeira que tivesse atacado o país (qualidade que de uma certa maneira se justificava por ele ser estrangeiro) do que como um rebelde erguido contra o trono.

O Eleitor recebeu a carta precisamente quando se encontravam no palácio o príncipe Cristiano von Meissen, generalíssimo do reino e tio do príncipe Frederico von Meissen, batido em Mühlberg e ainda retido no leito em virtude dos ferimentos sofridos, o grão-chanceler do tribunal, conde Wrede, o conde Kahlheim, presidente da chancelaria do Estado, e os dois senhores Hinz e Kunz von Tronka, camareiro e copeiro-mor do soberano, respectivamente, além de seus confidentes e amigos de infância. O camareiro, que na qualidade de conselheiro secreto do soberano tratava da correspondência privada do príncipe, com a faculdade de se servir do seu nome e sinete, tomou a palavra em primeiro lugar. Depois de ter explicado pormenorizadamente que nunca teria detido, por seu livre arbítrio, a marcha da queixa do negociante contra o barão, seu primo, se não a tivesse considerado, em face de informações erróneas, uma demanda inútil sem qualquer fundamento, chegou à análise da actual situação. Observou que nem as leis divinas nem as humanas

davam ao negociante o direito de tomar, por motivo desse erro, vingança pessoal tão assustadora como aquela a que tinha recorrido, descreveu a glória que não deixaria de cair sobre a sua amaldiçoada cabeça se se tratasse com ele como com uma potência estrangeira em pé de guerra, e a vergonha que recairia na sagrada pessoa do príncipe, se assim procedesse, parecia-lhe uma coisa insuportável. No ardor da eloquência, garantiu que preferiria suportar o extremo de ver aplicada a sentença do louco rebelde, ou seja ver o próprio primo conduzido a Kohlhaasenbrück para lhe cevar os murzelos, do que saber aceite a proposta do doutor Lutero.

O grão-chanceler do tribunal, conde Wrede, voltando-se de lado para o camareiro, lamentou que a delicada solicitude que agora punha no bom nome do soberano, ao ter de resolver um caso sem dúvida bastante embaraçoso, não o tivesse penetrado desde o início desse mesmo caso. Expôs ao Eleitor o seu escrúpulo em recorrer às forças do Estado para impor uma medida evidentemente injusta e observou que o crescente número de apaniguados que o negociante encontrava no país ameaçava a cadeia de delitos de se estender indefinidamente; declarou que apenas um comportamento que desse imediata e total reparação do erro cometido podia liquidar o assunto e levar o governo a sair-se satisfatoriamente daquela desagradável pendência.

O príncipe Cristiano von Meissen, convidado pelo soberano a dizer o que pensava, voltou-se com deferência para o grão-chanceler, afirmando que os sentimentos por ele manifestados lhe inspiravam o máximo respeito, mas que, ao querer auxiliar Kohlhaas a obter justiça, não reflectia que retirava a Wittenberg, a Leipzig e a toda a região por ele devastada, o direito que

tinham a recobrar os prejuízos ou pelo menos a obter um justo castigo do culpado. A ordem pública fora, por aquele homem, de tal modo perturbada que dificilmente se poderia normalizar com um princípio retirado da ciência do direito. Ele associava-se portanto à ideia do camareiro de recorrer aos meios habitualmente previstos em tais casos: reunir forças suficientes e prender ou esmagar o negociante aquartelado em Lützen.

O camareiro foi buscar duas cadeiras que estavam encostadas à parede e colocou-as no centro da sala, uma para o príncipe, outra para o soberano, dizendo que se alegrava que um homem de tal inteireza e sagacidade estivesse de acordo com ele no modo de resolver aquela controversa questão. O príncipe, segurando a cadeira com a mão, e olhando-o sem se sentar, garantiu-lhe que não via que ele tivesse qualquer motivo para se alegrar, porque a medida que estava necessariamente ligada a essa maneira de agir era começar por lançar contra ele um mandado de prisão e, em seguida, processá-lo por abuso do nome do soberano. Se de facto havia necessidade de, perante o trono da justiça, fazer descer um véu sobre uma série de crimes que, multiplicando-se indefinidamente, acabavam por não encontrar já lugar perante o seu tribunal, isso não era válido quanto ao primeiro crime que provocara a série, e somente uma acusação capital contra o camareiro poderia dar ao Estado o direito de esmagar o negociante, cuja causa era notoriamente justa e a quem eles próprios tinham colocado a espada na mão. Após estas palavras, o camareiro olhou, perplexo, o Eleitor, e este ruborizou-se, voltando-se para a janela. Depois de um silêncio constrangedor, o conde Kahlheim disse que daquele modo não se sairia do impasse em que estavam prisioneiros. Com o mesmo

direito se poderia processar o seu sobrinho, o príncipe Frederico; também ele, na singular campanha empreendida contra Kohlhaas, tinha de vários modos transgredido as ordens recebidas, tanto assim que, se se instaurasse um inquérito para avaliar as responsabilidades de cada um naquela difícil situação, também ele se incluiria no número e teria de dar contas ao soberano do que se passara em Mühlberg.

O copeiro, Hinz von Tronka, enquanto o Eleitor com ar de perplexidade se acercava da mesa dele, tomou a palavra e disse que não compreendia como a decisão a tomar podia escapar a homens de tanta categoria, ali reunidos. O negociante de cavalos, tanto quanto lhe era dado saber, prometera dissolver o bando com que assaltara o país, contra um simples salvo-conduto para Dresde e um novo exame de sua causa. Disso não se concluía porém que se devesse conceder-lhe a amnistia pela sua criminosa vingança pessoal: dois conceitos jurídicos que tanto o doutor Lutero como o Conselho de Estado pareciam confundir. Quando o tribunal de Dresde — prosseguiu — tivesse emitido a sua sentença com respeito aos cavalos, fosse ela qual fosse, nada impedia de manter Kohlhaas na prisão em virtude dos seus incêndios e pilhagens; solução diplomática que unia as vantagens das duas opiniões dos conselheiros de Estado e teria decerto a aprovação dos contemporâneos e dos vindouros.

O príncipe, tal como o grão-chanceler, respondeu a este discurso com um simples olhar; a discussão parecia de tal modo encerrada que o Eleitor disse que iria reflectir nas várias opiniões expostas até à próxima reunião do conselho. Parecia que a medida preliminar sugerida pelo príncipe de Meissen lhe tirara do coração, muito sensível à amizade, qualquer vontade de

levar a cabo a expedição contra Kohlhaas, para a qual tudo estava já disposto. Conservou junto de si o grão-chanceler, conde Wrede, cuja opinião lhe parecia mais oportuna, e quando este lhe mostrou certas cartas que revelavam terem as forças do negociante aumentado para quatrocentos homens, e que, dado o descontentamento geral que reinava no país provocado pelos abusos do camareiro, era de prever que em breve aquelas forças duplicariam ou triplicariam, o Eleitor decidiu aceitar sem mais delongas o conselho de Lutero. Entregou ao conde Wrede toda a direcção do assunto e poucos dias depois era publicado um manifesto de que damos um resumo:

«Nós, etc., etc., Príncipe-Eleitor da Saxónia, tomando em consideração especialmente benigna a intervenção do Dr. Martinho Lutero junto de Nós, concedemos a Michael Kohlhaas, negociante de cavalos de Brandeburgo, salvo-conduto para Dresde com vista a um reexame da sua demanda, com a condição de que ele deponha as armas dentro de três dias a partir da data de conhecimento desta proclamação. E com a reserva de que, se o tribunal de Dresde vier a considerar nula a sua causa relativamente aos cavalos, se procederá contra ele com todo o rigor da lei pelo seu arbítrio de fazer justiça por suas próprias mãos. No caso contrário será porém indultado, assim como todo o seu bando, com plena amnistia pelas violências cometidas na Saxónia.»

Logo que recebeu de Lutero um exemplar desta proclamação afixada em todas as praças do país, Kohlhaas, apesar de todas as restrições que ali se continham, dissolveu imediatamente o seu bando, com presentes, agradecimentos e várias recomendações oportunas. Depôs todo o produto dos saques em armas, dinheiros e outros valores no tribunal de Lützen como

propriedade soberana; depois de ter enviado Waldmann a Kohlhaasenbrüsk, com cartas ao juiz para readquirir as suas propriedades, se ainda fosse possível, e Sternbald a Schwerin para ir buscar os seus filhos que desejava ter consigo, abandonou o castelo de Lützen e, com o seu pequeno património, que tinha convertido em papéis de crédito, partiu incógnito para Dresde.

Segunda parte

Despontava o dia, e toda a população ainda estava mergulhada no sono, quando o negociante bateu à porta da sua pequena propriedade do subúrbio de Pirna, que a correcção do juiz de Kohlhaasenbrück mantivera em seu nome, e mandou Tomás, o velho caseiro que lhe abriu a porta, surpreendido, dirigir-se ao palácio do governo a anunciar ao príncipe de Meissen que ele, Kohlhaas, o negociante de cavalos, tinha chegado. O príncipe de Meissen entendeu oportuno, ao ter conhecimento da notícia, informar-se pessoalmente das disposições daquele homem, saindo pouco depois com um séquito de cavaleiros e criados. Nas ruas que conduziam a casa do rebelde encontrou grande multidão aglomerada. A notícia da chegada do anjo vingador, que perseguia a ferro e fogo os opressores do povo, pusera em movimento toda a cidade de Dresde e os subúrbios. Tinha sido necessário aferrolhar a porta para se defenderem dos curiosos, e os rapazes trepavam às janelas para verem o incendiário que estava a tomar o pequeno almoço. O príncipe. logo que pôde introduzir-se em casa com o auxílio dos guardas que lhe abriam caminho e entrou na sala, perguntou imediatamente àquele homem meio vestido que estava sentado à mesa se era Kohlhaas, o nego-

ciante de cavalos; este respondeu respeitosamente que sim, tirando do cinto uma carteira com vários documentos que atestavam a sua identidade e acrescentando que se encontrava em Dresde, depois de ter dissolvido o seu bando, conforme a imunidade concedida pelo soberano, para apresentar ao tribunal a demanda a respeito dos cavalos contra o barão Venceslau von Tronka. O príncipe mediu-o rapidamente de alto a baixo, passou os olhos pelos papéis que a carteira continha, pediu esclarecimentos a propósito de um recibo que ali encontrou do tribunal de Lützen pelo depósito feito a favor do Tesouro Público, e, depois de ter experimentado a índole do homem com diversas perguntas acerca dos filhos, dos seus haveres e do género de vida que tencionava levar no futuro, achou tudo bastante tranquilizador, devolveu-lhe os papéis e disse-lhe que nada se opunha ao processo que desejava intentar, para o que se deveria dirigir ao grão-chanceler do tribunal, o conde Wrede.

— Entretanto — prosseguiu o príncipe após uma pausa, aproximando-se da janela e considerando, assombrado, a enorme multidão que se aglomerava em frente da casa —, terás de aceitar uma guarda pessoal para te proteger, durante os primeiros dias, quer quando estejas em casa quer quando saias.

Kohlhaas baixou os olhos, pertubado, e não disse nada.

— Como quiseres! — comentou o príncipe, afastando-se da janela. — No fim de contas, só poderás culpar-te a ti mesmo do que possa acontecer.

Dirigiu-se para a porta para sair, mas Kohlhaas, que entretanto reflectira, disse:

— Fazei o que considerardes conveniente, alteza. Dai-me a vossa palavra de que retirareis a guarda logo que vo-lo peça, e nada terei a opor a essa medida.

O príncipe respondeu que não havia necessidade de o dizer e declarou aos três soldados, que para tal fim lhe foram apresentados, que o homem em casa de quem ficavam era livre e que quando saía o deviam seguir apenas para sua defesa; saudou depois o negociante com um aceno de mão, afável, e afastou-se.

Por volta do meio-dia, acompanhado dos seus três guardas e seguido por uma multidão imensa, que, advertida pela escolta, nenhum mal lhe fazia, Kohlhaas dirigiu-se ao gabinete do grão-chanceler do tribunal, o conde Wrede. Este recebeu-o na antecâmara com afabilidade e cortesia, conversou com ele duas horas e, depois de o ter feito contar todo o caso do princípio ao fim, indicou-lhe um advogado de grande fama para a imediata elaboração e apresentação da demanda. Kohlhaas foi imediatamente à morada indicada e, depois de ter sido redigida uma queixa, em tudo idêntica à primeira, pedindo a condenação do barão nos termos da lei, o restabelecimento dos cavalos e a indemnização dos prejuízos próprios assim como os que sofrera o criado Herse, caído em Mühlberg, a favor da sua velha mãe, regressou a casa, sempre acompanhado pela multidão, e bem resolvido a não sair senão quando as necessidades da demanda a isso o obrigassem.

Entretanto, também o barão saíra da prisão de Wittenberg, e, uma vez restabelecido de uma perigosa erisipela num pé, tinha sido citado peremptoriamente a comparecer no tribunal de Dresde e a apresentar defesa no processo que lhe movia o negociante Kohlhaas que o acusava de ter ilegalmente retido e inutilizado dois cavalos. Os dois irmãos, Hinz e Kunz von Tronka, ligados ao barão por laços familiares e de vassalagem e em casa de quem ele se hospedou, acolheram-no com desdém e desprezo; chamaram-lhe miserável e indigno que tinha levado a vergonha

e a desonra a toda a família, anunciaram-lhe que iria infalivelmente perder o processo e convidaram-no a recuperar os murzelos imediatamente, pois seria forçado a proceder à sua engorda e entrega perante o escárnio de toda a gente. O barão, com voz fraca e trémula, declarou-se o homem mais infeliz do mundo. Jurou que de todo aquele maldito assunto que o arruinava quase não tivera conhecimento, que a culpa era toda do castelão e do feitor que tinham utilizado os cavalos durante as colheitas, fatigando-os excessivamente e arruinando-os, desse modo, em parte nos seus próprios campos, tudo isso sem seu conhecimento nem consentimento. Dizendo isto, sentou-se e pediu-lhes que não lhe provocassem, com ofensas e mortificações, propositadamente, uma fatal recaída na doença de que mal acabava de sair convalescente.

No dia seguinte, nada mais havendo a fazer, os senhores Hinz e Kunz, que possuíam terras na região do devastado castelo de Tronka, escreveram aos respectivos feitores, a pedido do primo, para terem notícias dos murzelos que naquele desgraçado dia do assalto tinham desaparecido e dos quais se ignorava completamente o destino desde então. Mas, pela devastação do lugar e o extermínio de quase todos os habitantes, tudo o que puderam averiguar foi que um criado, acometido pela violência do negociante, os salvara de um estábulo em chamas, mas que depois disso, tendo perguntado onde os devia conduzir e o que devia fazer deles, havia recebido como única resposta daquele bruto enfurecido um violento pontapé no traseiro. A velha governanta do barão, que sofria da gota e se refugiara em Meissen, interrogada por carta, informou que, na madrugada daquela noite terrível, o rapaz se dirigira com os cavalos para a fronteira do Brandeburgo; mas todas as indagações que ali se fizeram

resultaram vãs, a notícia parecia fundada num equívoco, pois o barão não tinha qualquer criado natural do Brandeburgo ou simplesmente de qualquer terra que fosse servida pela estrada que ali levava. Pessoas de Dresde, que naquela época se encontravam em Wilsdruf, referiram que poucos dias após o incêndio do castelo aparecera um criado com dois cavalos à rédea e deixara os animais, fatigados de tal modo que não podiam prosseguir, no estábulo de um pastor que tentara reanimá-los e nutri-los. Por várias razões, parecia tratar-se dos murzelos que se procuravam, mas o pastor de Wilsdruf, conforme garantiam pessoas que dali vinham, já os vendera não se sabia a quem. Um outro boato, cuja fonte não foi possível estabelecer, garantia que os cavalos já tinham entregue a alma ao criador e estavam enterrados no ossuário de Wilsdruf. Hinz e Kunz, para quem esta solução era a mais agradável, como facilmente se entende, porque assim não ficavam obrigados a nutrir os cavalos nas suas próprias cavalariças dado que o barão não possuía de momento instalações próprias, quiseram no entanto verificar o facto, para terem a plena certeza. O barão Venceslau von Tronka, por ter jurisdição naquela zona, enviou então uma carta ao tribunal de Wilsdruf na qual, após uma minuciosa descrição dos murzelos que, como dizia, lhe tinham sido confiados e por um infeliz acontecimento se tinham extraviado, lhe pedia oficialmente que procurassem onde se poderiam agora encontrar e intimassem o proprietário, quem quer que fosse, a entregá-los, mediante generosa indemnização de todas as despesas, nas cavalariças do camareiro do soberano, senhor Kunz, em Dresde. Na realidade, poucos dias depois, compareceu um homem a quem o pastor de Wilsdruf os tinha vendido e conduziu-os, ligados ao fueiro da

sua carroça, magros e vacilantes, ao mercado da cidade; mas a infelicidade do barão, e ainda mais do honesto Kohlhaas, quis que esse homem fosse o esfolador de Döbeln.

Logo que o barão, e o seu primo camareiro, tiveram conhecimento de que um homem chegara à cidade com dois cavalos negros que tinham escapado ao incêndio do castelo, dirigiram-se, acompanhados por alguns criados chamados à pressa, à praça do palácio real onde o homem se encontrava, para reaver os animais e pagar as despesas, conduzindo-os a casa, se fossem os de Kohlhaas. Mas grande foi o espanto dos cavaleiros quando viram, em torno da carroça a que os murzelos estavam ligados, uma multidão de curiosos que, atraída pelo espectáculo, aumentava constantemente e comentava, entre gargalhadas, o facto de os cavalos que tinham feito oscilar o Estado nos seus fundamentos se encontrarem afinal na posse do esfolador. O barão deu a volta à carroça, examinou os infelizes animais que pareciam estar ali prestes a morrer e declarou, com ar confuso, que aqueles não eram os animais que tinha tomado a Kohlhaas; mas o senhor Kunz, o camareiro, lançando-lhe um olhar de mudo furor que, se fosse de ferro, o teria trespassado, afastou o manto, deixando à vista as condecorações e insígnias, e perguntou ao esfolador se eram aqueles os cavalos que o pastor de Wilsdruf comprara e de quem o barão von Tronka, a quem pertenciam, pedira a requisição ao tribunal local. O esfolador que, com um balde na mão, estava ocupado a dar de beber a um cavalo possante e gordo que lhe puxava a carroça, disse: — Os negros? —, tirando a rédea da boca do animal, e, prosseguindo o seu trabalho, afirmou em seguida que os murzelos ligados ao fueiro lhe tinham sido vendidos pelo porcariço de Hainichen, ignorando

a quem tinham pertencido antes. Voltando a pegar no balde e segurando-o entre os joelhos e os varais, disse que estava ali porque o tribunal de Wilsdruf mandara-o trazer os cavalos a Dresde e entregá-los na casa dos Tronka, mas a um senhor que se chamava Kunz. Com estas palavras virou-lhe as costas e derramou no lajedo o resto da água que o cavalo rejeitara.

O camareiro, que sob o olhar irónico da multidão não conseguia fazer com que o homem o olhasse de frente, atendendo às suas tarefas com diligência imperturbável, disse-lhe que era ele o senhor Kunz, camareiro do soberano; os murzelos porém deviam ser entregues ao barão Venceslau von Tronka, seu primo. Tinham sido confiados ao pastor de Wilsdruf por um criado fugido por ocasião do incêndio do castelo e pertenciam originariamente ao negociante Kohlhaas. Perguntou ao vilão, que se mantinha de pernas abertas e apertava as calças, se sabia alguma coisa disso, se o porcariço de Hainichen — era essa uma circunstância decisiva — não os teria adquirido ao pastor de Wilsdruf ou de um terceiro a quem entretanto o pastor os tivesse vendido.

O esfolador, sem prestar maior atenção, respondeu que tinha recebido ordem de se dirigir a Dresde para receber na casa dos tais von Tronka o dinheiro que lhe era devido. Não sabia nada do que o outro lhe dizia e era-lhe indiferente que os cavalos tivessem pertencido a Pedro ou a Paulo antes de pertencerem ao porcariço; o importante era que ele os não tinha roubado. Dito isto, colocou o chicote enviesado nas largas costas e dirigiu-se para uma das tavernas da praça com o confessado propósito de comer alguma coisa, pois estava com fome.

O camareiro não sabia o que fazer dos cavalos no caso de não se tratarem dos murzelos do negociante

em cujas selas o diabo devia andar à solta pela Saxónia. Convidou o barão a exprimir a sua opinião, mas como este, com os lábios descorados e trémulos, afirmasse que era melhor comprar os cavalos, quer pertencessem a Kohlhaas ou não, o camareiro, amaldiçoando o pai e a mãe que o tinham posto no mundo, mais indeciso do que nunca, afastou-se do meio da multidão, fechando o manto. O barão von Wenk, um seu conhecido, passava por ali, a cavalo, e o camareiro, decidido a não abandonar a praça, justamente porque a plebe o observava com expressão escarninha e só parecia, de lenços na boca, aguardar a sua saída para rebentar em gargalhadas, chamou-o e pediu-lhe para se dirigir ao conde Wrede, o grão-chanceler, e de, por intermédio deste, mandar vir Kohlhaas para examinar os cavalos. Quis o acaso que este, chamado por um bedel do tribunal, se encontrasse precisamente com o grão-chanceler para esclarecimentos complementares acerca do depósito feito em Lützen quando von Wenk entrou na sala com o propósito que sabemos; e enquanto o grão-chanceler se levantava da poltrona, visivelmente contrariado, e deixava de lado o negociante, que o outro não conhecia, com os papéis na mão, o recém-chegado referiu a dificuldade em que se encontravam os senhores von Tronka. O esfolador de Döbeln, após uma indagação sumária do tribunal de Wilsdruf, tinha comparecido com dois cavalos em condições tão desesperadas que o barão hesitava em os reconhecer como sendo os que pertenciam a Kohlhaas, de modo que, se se devia comprá-los ao esfolador para tentar nutri-los e fazê-los regressar ao seu antigo aspecto, era necessário previamente um exame ocular do negociante para eliminar quaisquer dúvidas.

— Tende pois a amabilidade de mandar uma es-

colta buscar o negociante — concluiu ele — para o conduzir ao mercado onde se encontram os cavalos.

O grão-chanceler, tirando os óculos do nariz, disse que ele incorria num duplo erro: em primeiro lugar, por julgar que o reconhecimento dos cavalos só poderia ser feito por exame ocular de Kohlhaas; em segundo, por imaginar que ele, grão-chanceler, tinha autoridade para mandar conduzir o negociante, sob escolta, onde o barão lhe apetecesse. Então apresentou-lhe Kohlhaas, que se encontrava em pé atrás dele, e, sentando-se, pediu-lhe que se dirigisse, para tal assunto, ao próprio ali presente.

Nada traía o que se passava no coração de Kohlhaas, que imediatamente se prontificou a segui-lo ao mercado para examinar os murzelos que o esfolador trouxera para a cidade. Depois, enquanto o barão se voltava, confuso e de rosto afogueado, Kohlhaas dirigiu-se novamente ao grão-chanceler para lhe dar outras informações acerca do depósito feito em Lützen com o apoio de papéis que tinha na carteira, despedindo-se em seguida. O barão, que entretanto se tinha aproximado da janela, ainda ruborizado, despediu-se também, e ambos, acompanhados pelos três soldados fornecidos pelo príncipe de Meissen, dirigiram-se à praça do castelo, seguidos por muitos populares.

O camareiro, senhor Kunz, que apesar dos conselhos de amigos se mantivera no meio do povo para tentar entender-se com o esfolador de Döbeln, logo que o barão apareceu com o negociante, aproximou-se deste e, sustentando a espada sob o braço com ostentação e altivez, perguntou-lhe se os cavalos que se encontravam atrás da carroça eram os seus. O negociante, que com um gesto respeitoso tinha erguido o chapéu diante daquele desconhecido que o interpelava, aproximou-se, sem responder, do carro do esfolador,

seguido de vários cavaleiros; observou rapidamente, a uma distância de doze passos, os animais que ali estavam, de pé, sobre as patas pouco firmes, de cabeça baixa, sem tocarem o feno que lhes tinham posto diante, e disse, voltando-se para o camareiro:

— Ilustríssimo, o esfolador tem razão. Os cavalos ligados à carroça são meus.

Deu uma volta com os olhos ao círculo dos senhores, levantou outra vez o chapéu e, acompanhado pela guarda, deixou a praça. O camareiro, perante aquelas palavras, dirigiu-se ao esfolador, com um passo rápido que lhe sacudiu a pluma do chapéu, atirou-lhe uma bolsa com moedas e, enquanto este, com a bolsa na mão, penteava os cabelos com um pente de chumbo e olhava o dinheiro, ordenou a um criado que desligasse os cavalos e os levasse para casa. O criado, ao apelo do patrão, abandonou um grupo de amigos e familiares que tinha no meio da multidão e aproximou-se dos cavalos, com o rosto vermelho, passando por cima de um monte de estrume que se formara aos pés deles; mal porém começara a desamarrá-los, um primo seu, Himboldt, agarrou-o pelo braço, gritando: — Não podes tocar nessa podridão! — e, dando-lhe um empurrão, atirou-o para longe dos animais. Depois, superando com passo incerto o monte de esterco, voltou-se para o camareiro, que tinha emudecido perante aquela cena, e acrescentou que, para fazer aquele serviço, devia procurar um ajudante de esfolador. O camareiro, considerando o artesão durante um segundo e fervendo de raiva, voltou-se e chamou a guarda, por cima da cabeça dos nobres que o cercavam. Por ordem do barão de Wenk saiu do castelo um oficial com alguns alabardeiros do soberano, e o camareiro, referindo-lhe rapidamente as vergonhosas provocações que os cidadãos se permitiam, convidou-o

a prender o chefe da turba, mestre Himboldt. Agarrando o artesão pelo peito, acusou-o de ter maltratado um seu criado atirando-o para longe da carroça, da qual, por sua ordem, desligava os cavalos. Mestre Himboldt, libertando-se da mão do camareiro com um movimento hábil, disse:

— Ilustríssimo, ensinar a um rapaz de vinte anos o que deve fazer não significa amotiná-lo. Perguntai-lhe se, contra o uso e o decoro, deseja ocupar-se dos cavalos que estão ligados à carroça. Se, depois do que lhe disse, o quiser fazer, que o faça. Por mim pode até cortar-lhe os coiros e esfolá-los.

Perante isso, o camareiro voltou-se para o criado e perguntou-lhe se tinha alguma dúvida em cumprir as suas ordens, desligando os cavalos e conduzindo-os a casa. E como o rapaz, misturando-se com o povo, respondesse timidamente que convinha restabelecer a dignidade dos murzelos antes de exigir dele tal coisa, o camareiro adiantou-se para lhe arrancar o chapéu com o distintivo da casa von Tronka e, depois de o pisar aos pés, desembainhou a espada, escorraçando dali e do seu serviço, com furiosas espadeiradas, o desobediente servo.

Mestre Himboldt gritou: — Façam morder o pó a esse assassino! — e enquanto os cidadãos indignados imobilizavam a guarda apertando-se em torno, o artesão agarrou o camareiro, lançou-o ao chão, arrancou-lhe o manto e tirou-lhe a espada que atirou para longe, por cima da multidão. O barão Venceslau von Tronka, fugindo ao tumulto, gritou aos nobres que acudissem ao primo, mas antes que estes pudessem dar um passo o ímpeto da plebe que acorria de todos os lados já os dispensara. O camareiro, que ao cair se ferira na cabeça, ficou entregue à fúria da multidão, da qual foi salvo pelo aparecimento de um destacamento

de soldados a cavalo que passava ocasionalmente pela praça e que o oficial de alabardeiros chamou em seu auxílio. Rechaçado o ajuntamento, o oficial agarrou o artesão enraivecido, e, enquanto alguns soldados o conduziam à prisão, dois amigos levantaram do chão o infeliz camareiro, coberto de sangue, levando-o para casa.

Assim terminou, de maneira funesta, a honesta e sincera tentativa de prestar justiça ao negociante pelos danos recebidos. O esfolador de Döbeln, que tinha levado a cabo o seu negócio e não pretendia demorar--se ali mais, quando o povo começou a dispersar amarrou os cavalos a um poste, onde ficaram todo o dia sem que ninguém se preocupasse com eles. Ao cair da noite, dado serem objecto de troça de vadios e de garotos, a polícia chamou o esfolador de Dresde a quem os confiou para tratar deles, até nova ordem, no matadouro da cidade, fora de portas.

Este incidente, embora na realidade não tivesse sido ocasionado pelo negociante, provocou no país, mesmo entre os mais moderados e justos, uma disposição muito perigosa para o bom êxito da sua causa. As pessoas achavam intolerável a sua posição perante o Estado, e a opinião pública começou a expender o juízo de que era preferível cometer uma injustiça gritante a seu respeito e sufocar novamente toda a questão do que satisfazer simplesmente a sua louca teimosia, reconhecendo-lhe um direito extorquido pela violência numa questão de tão pouca importância. Para perder inteiramente o infeliz Kohlhaas, reforçando e difundindo este estado de espírito, contribuiu até o grão-chanceler por demasiada rectidão e consequente ódio para com a família von Tronka. Era muito improvável que os cavalos, agora confiados ao esfolador de Dresde, pudessem algum dia regressar à

condição em que se encontravam quando tinham saído dos estábulos de Kohlhaasenbrück; mas mesmo admitindo que, com habilidade e cuidados assíduos, isso se tornasse possível, a vergonha que nas presentes circunstâncias recaía na família do barão era tão grande que, tendo em atenção o facto de ela ser uma das primeiras e mais nobres do país, pareceu mais justo e oportuno resolver o assunto com um resgate dos cavalos em dinheiro. Quando porém, alguns dias depois, o presidente, conde Kahlheim, em nome do camareiro impedido pela sua doença, fez, por carta, essa proposta ao grão-chanceler, este escreveu a Kohlhaas exortando-o a não recusar a oferta que agora lhe faziam; mas ao próprio presidente respondeu em termos breves e secos a pedir-lhe para se poupar a intervenções particulares naquele assunto, convidando o camareiro a dirigir-se directamente ao negociante de cavalos, que lhe descreveu como um homem razoável e modesto. Este, cuja obstinação já fora quebrada pelo incidente na praça do mercado, esperava apenas, segundo o conselho do grão-chanceler, um passo da parte do barão ou dos seus familiares para ir ao seu encontro, bem disposto e pronto a perdoar o passado. Mas precisamente esse primeiro passo era demasiado humilhante para o orgulho dos nobres, e, muito amargurados com a resposta do grão-chanceler, mostraram-na ao Eleitor que viera na manhã seguinte visitar o camareiro, retido no leito pelas suas feridas. Com voz que o seu estado tornava débil e comovente, o camareiro perguntou-lhe se, depois de ter exposto a vida para resolver aquele assunto conforme os seus desejos, ainda devia expor a própria honra ao vitupério do mundo, solicitando o acordo e a indulgência de um homem que lançara já sobre ele e sobre a sua família toda a espécie de ultrajes e vergonhas. O Eleitor, depois de ter lido

a carta, perguntou, aborrecido, ao conde Kahlheim, se o tribunal não tinha autoridade para, sem mais consultas, fundamentado na circunstância de os cavalos não terem possibilidade de voltar ao seu primitivo estado, pronunciar uma sentença que, considerando-os como mortos, determinasse a solução por meio de uma indemnização em dinheiro. O conde respondeu:

— Excelência, eles estão mortos! No sentido jurídico estão mortos e no sentido físico também o estarão antes de serem conduzidos do estábulo do esfolador para os da família von Tronka.

O Eleitor, guardando a carta no bolso, respondeu que ele próprio falaria com o grão-chanceler, tranquilizou o camareiro que, soerguido no leito, lhe apertava a mão reconhecidamente e, depois de lhe ter recomendado que cuidasse da saúde, levantou-se da sua poltrona, com muita benevolência, e saiu do quarto.

Estavam assim as coisas em Dresde quando em Lützen se adensou outro temporal, ainda mais violento, cuja fúria os fidalgos foram bastante hábeis para fazer eclodir sobre a infeliz cabeça de Kohlhaas. Johann Nagelschmidt, um dos mercenários arrolados pelo negociante e despedido depois da amnistia, tinha achado por bem reunir nos confins da Boémia, algumas semanas depois, uma parte daquela súcia e prosseguir por sua própria conta a profissão em que Kohlhaas o iniciara. O malandrim, quer para incutir o terror nos esbirros que o perseguiam, quer para induzir, como habitualmente, os camponeses a tomar parte nas suas aventuras, dizia-se lugar-tenente de Kohlhaas; com a astúcia que aprendera com o seu antigo chefe, espalhou a notícia de que a amnistia não fora respeitada em relação a muitos dos que tinham regressado tranquilamente às suas casas, e que o próprio Kohlhaas, vítima de uma perfídia que bradava aos céus, tinha

sido aprisionado à sua chegada a Dresde e entregue à guarda que o mantinha encarcerado. De modo que, com manifestos em tudo semelhantes aos de Kohlhaas, o seu bando de incendiários parecia um destacamento regular aparecido para maior glória de Deus e destinado a fazer cumprir a amnistia prometida pelo soberano. Tudo isto, como dissemos, não para os fins reclamados, pois a sorte de Kohlhaas era-lhes indiferente, mas apenas para poderem melhor, a coberto de semelhantes embustes, incendiar e saquear impunemente e com maior comodidade. Ao chegarem a Dresde as primeiras notícias sobre o bando, os fidalgos não esconderam a sua alegria, pois aquilo dava um outro aspecto ao caso; aproveitavam qualquer ocasião de, com ar preocupado, chamarem a atenção para o erro que a amnistia concedida a Kohlhaas representava, apesar de eles terem advertido a tempo, pois aquela amnistia encorajava os malandrins de toda a espécie e seguirem o exemplo do malfeitor. Não se contentando em aceitar como boas as afirmações de Nagelschmidt de ter pegado em armas apenas para simples defesa e segurança do seu perseguido chefe, exprimiam mesmo a certeza de que o aparecimento do bando era simplesmente uma astúcia do próprio Kohlhaas para meter medo ao governo, apressar a sentença e obtê-la em todos os pontos segundo as exigências da sua louca obstinação. O copeiro, Kunz von Tronka, chegou até a explicar a alguns fidalgos do serviço do príncipe-eleitor que a dissolução do bando, em Lützen, não passara de uma manobra, uma falsa comédia, e, gracejando cruelmente a propósito do amor pela justiça do grão-chanceler, demonstrou, mediante alguns argumentos hábeis, que o bando se encontrava tal e qual como antes nos bosques do principado, esperando ape-

nas o sinal do negociante para reaparecer de novo a ferro e fogo.

O princípe Cristiano von Meissen, bastante preocupado com o aspecto que as coisas tomavam, ameaçando ofuscar perigosamente o bom nome do seu soberano, foi imediatamente ter com ele ao palácio e, embora adivinhando o interesse dos von Tronka em perder Kohlhaas, se possível apoiados em novos delitos, pediu-lhe autorização para submeter imediatamente o negociante a um interrogatório. Este, conduzido, não sem estranheza, ao palácio, pela escolta, apresentou-se com dois filhos nos braços, Henrique e Leopoldo; Sternbald chegara na véspera com as cinco crianças, e várias circunstâncias que seria longo enumerar induziram-no a levar consigo para o interrogatório os dois mais pequenos, que tinham começado a chorar quando o pai se preparava para sair. O príncipe, depois de ter olhado com benevolência as crianças que Kohlhaas tinha consigo e lhes ter perguntado os nomes e as idades, contou ao pai as arbitrariedades que Nagelschmidt se permitia em seu nome e, mostrando-lhe os manifestos emitidos por aquele, convidou-o a dizer tudo o que pudesse saber de tal assunto e o pudesse justificar. Embora assustado com aqueles documentos ignóbeis e falsos, Kohlhaas não teve muito trabalho em demonstrar, perante um homem da rectidão do príncipe, a sua total inocência quanto às acusações que lhe eram feitas. Observou que não só, no ponto em que as coisas estavam, ele não tinha necesisdade de um terceiro para resolver a pendência, mas ainda, por meio de alguns papéis que tinha consigo, pôde provar ao príncipe que seria especialmente inverosímil que Nagelschmidt pretendesse prestar-lhe um tal auxílio. Por estupros e outras patifarias cometidas no condado pouco antes de chegarem a Lützen,

ele estava na realidade para ser enforcado e só a amnistia que anulava todo o passado o tinha salvo; no dia seguinte tinham-se separado como inimigos mortais. Kohlhaas, aceite que foi pelo príncipe a sua proposta, sentou-se e redigiu uma mensagem a Nagelschmidt, na qual declarava que a sua afirmação de se ter levantado em defesa da amnistia quebrada em relação a ele, Kohlhaas, era completamente falsa, pois ele não fora encarcerado nem entregue a qualquer guarda e o seu processo seguia conforme os seus desejos; quanto aos incêndios e massacres cometidos por ele, Nagelschmidt, após a amnistia, Kohlhaas abandonava-o inteiramente aos rigores da lei, assim advertindo a súcia reunida em torno dele. À carta seguiam-se alguns extractos do processo que o negociante abrira contra Nagelschmidt no castelo de Lützen pelas patifarias acima lembradas, de modo a que o povo ficasse informado sobre o carácter daquele farsante, desde então destinado à forca e apenas salvo, como se disse, pela amnistia do soberano. O príncipe tranquilizou então Kohlhaas acerca das suspeitas que sobre ele recaíam, garantiu-lhe que, enquanto ele se encontrasse em Dresde, a amnistia não seria violada, estendeu a mão novamente às crianças, dando-lhes fruta que tinha na mesa, e despediu Kohlhaas com uma saudação.

O grão-chanceler, que via o perigo que ameaçava o negociante, fez tudo para levar a termo o assunto antes que outros acontecimentos viessem a complicá-lo; esta era precisamente a ambição dos von Tronka, e, como bons políticos, em vez de se limitarem como antes a admitir tacitamente a sua culpa e a pugnar por uma sentença suave, começaram, com argumentos tortuosos, a negar completamente a sua culpabilidade. Sustentavam agora que os murzelos tinham sido reti-

dos no castelo de Tronka por iniciativa arbitrária do castelão e do feitor e que o barão desconhecia completamente o facto; ou então garantiam que os animais já tinham uma tosse violenta e perigosa na data de chegada ao castelo e apoiavam-se em testemunhas falsas que não lhes era difícil arranjar. Mais tarde, quando longos inquéritos e discussões os forçaram a abandonar tais argumentos, apresentaram um édito soberano datado de doze anos antes, pelo qual se proibia efectivamente, em virtude de uma perigosa epidemia entre os animais, a importação de cavalos do Brandeburgo para a Saxónia, prova evidente de que o barão tinha não só o direito mas mesmo a obrigação de reter os cavalos conduzidos por Kohlhaas para o outro lado da fronteira.

Entretanto, Kohlhaas tinha readquirido do honesto juiz de Kohlhaasenbrück a sua quinta, mediante uma modesta reparação dos prejuízos, e desejava, segundo parecia por causa das formalidades legais desse acto, deixar Dresde por alguns dias e dirigir-se à sua pátria: resolução em que intervinha, não o duvidamos, tanto o assunto que lhe servia de pretexto, que mais urgente tornava a necessidade da semeadura invernal, como a intenção de examinar a sua própria posição, em circunstâncias tão especiais e preocupantes, além de um outro motivo que deixamos o cuidado de adivinhar àqueles que conhecem o coração humano. Dirigiu-se pois ao grão-chanceler, deixando em casa a guarda que lhe tinha sido consignada, e com as cartas do juiz na mão declarou-lhe que, se, como parecia, o tribunal não tinha necessidade da sua presença, pretendia deixar a cidade e ir ao Brandeburgo por oito a doze dias, após os quais prometia regressar. O grão-chanceler, olhando para o chão com ar descontente e pensativo, respondeu que devia confessar que a sua presença era agora mais necessária do que nunca, porque perante as insidiosas objecções e rodeios da parte adversa, o tribunal carecia das suas declarações e esclarecimentos em mil casos imprevisíveis; e uma vez que o negociante o remetia para o seu advogado, bem informado acerca da causa como este estava, insistindo respeitosamente no pedido e prometendo limitar a sua ausência a oito dias, o grão-chanceler, depois de uma pausa, disse-lhe lacónico, despedindo-o, que desejava que ele pedisse o necessário ao príncipe de Meissen.

Kohlhaas, que aprendera a interpretar perfeitamente o rosto do grão-chanceler, mais do que nunca decidido, escreveu imediatamente ao príncipe de Meissen, como chefe do governo, para que lhe concedesse, sem indicar o motivo, um passaporte válido para oito dias, a fim de se dirigir a Kohlhaasenbrück, ida e volta. Em resposta a este pedido recebeu um ofício assinado pelo intendente do palácio, barão Siegfried von Wenk, onde se dizia que o pedido de passaporte seria submetido a sua alteza o Príncipe-Eleitor, sendo-lhe passado logo que fosse obtido o seu consentimento. Pedindo ao seu advogado a explicação do facto de o ofício ser assinado por um tal von Wenk e não pelo príncipe Cristiano von Meissen a quem se dirigira, disse-lhe este que o príncipe partira três dias antes para as suas propriedades, sendo na sua ausência os assuntos tratados pelo intendente do Palácio, Siegfried von Wenk, primo do homónimo senhor de quem já falámos.

Kohlhaas, a quem todas estas circunstâncias começavam a preocupar, esperou durante alguns dias a resposta ao seu pedido, apresentado ao soberano com estranha formalidade; mas passou uma semana, passaram ainda alguns dias mais, sem que a decisão che-

gasse nem o tribunal emitisse a sentença, embora lhe tivessem garantido isso, de modo que ao décimo-segundo dia, decidido a esclarecer-se acerca da posição do governo a seu respeito, fosse ela qual fosse, sentou-se e redigiu um novo pedido urgente para obter o requerido passaporte. Mas na noite do dia seguinte, passado também esse dia sem a esperada resposta, grande foi a sua surpresa quando, caminhando pela sala, pensativo e reflectindo acerca da sua situação e acerca da amnistia obtida pelo doutor Martinho Lutero, se aproximou da janela que dava para o pátio e não viu a guarda que o príncipe de Meissen tinha posto à sua disposição desde a sua chegada e que ele tinha alojado no alpendre anexo. Chamou Tomás, o velho caseiro, e perguntou-lhe o que significava aquilo.

— Patrão — respondeu este, suspirando —, nem tudo corre como deve ser. Os guardas, que hoje são mais numerosos do que habitualmente, distribuíram-se ao cair da noite em torno da casa; dois deles, armados de lança e escudo, estão na porta da entrada, na das traseiras estão outros dois, e os restantes, também dois, deitaram-se na antecâmara em cima de um molho de palha e dizem que vão passar ali a noite.

Kohlhaas mudou de cor e disse que pouco importava, desde que estivessem ali, e que lhes levasse uma vela para que não estivessem no escuro. Depois, com o pretexto de despejar um recipiente, abriu a janela e, tendo-se convencido da veracidade do que o velho lhe tinha dito (precisamente naquele momento dava-se o render da guarda, medida que nunca tivera lugar desde o início), foi para a cama, embora tivesse pouca vontade de dormir, e tomou imediatamente a decisão do que faria no dia seguinte. Nada lhe desagradava tanto naquele governo como a aparência de justiça enquanto, na realidade, estava a violar a amnistia. Se

devia ser prisioneiro, como não podia agora ter dúvidas, queria forçá-lo então a declarar claramente e sem subterfúgios que assim era.

Logo que a manhã rompeu, ordenou a Sternbald que preparasse o carro e o trouxesse para a porta, para ir, conforme disse, a Lockwitz, a casa do administrador com quem falara dias antes e que o convidara a visitá-lo com os filhos. Os lansquenetes, que observavam atentamente, cochichando, os movimentos da casa, expediram um deles à cidade, e dali a poucos minutos compareceu um oficial, à frente de alguns beleguins, que entrou na casa fronteira como se o chamasse ali alguma diligência. Kohlhaas, embora ocupado em vestir os filhos, notava todos aqueles movimentos, fez esperar o carro, diante da porta, mais tempo do que o necessário, e, logo que viu que os preparativos da polícia tinham terminado, saiu de casa com os filhos sem lhes prestar atenção. De passagem disse aos soldados que guardavam a entrada que não havia necessidade de o seguirem, pôs os filhos no carro e beijou e consolou as raparigas que choravam por ter de ficar em casa com a filha do velho caseiro. Logo que ele subiu para o carro, o oficial, com o seu séquito de beleguins, saiu da casa fronteira e dirigiu-se-lhe, perguntando onde ia. Kohlhaas respondeu que pretendia ir a Lockwitz, a casa do seu amigo, o administrador, que alguns dias antes o tinha convidado a ir ao campo com os seus dois rapazes. A isto o oficial respondeu que nesse caso esperasse um momento, pois o acompanhariam alguns lansquenetes a cavalo, segundo as ordens do príncipe de Meissen. Sem descer, Kohlhaas perguntou, sorrindo, se achava que a sua pessoa não estaria em segurança em casa de um amigo que se tinha prontificado a hospedá-lo por um dia. O oficial respondeu em tom alegre e amável que o peri-

go, efectivamente, não seria grande, mas acrescentou que os soldados não lhe dariam qualquer aborrecimento. Kohlhaas retorquiu com ar sério que o príncipe de Meissen, à sua chegada a Dresde, lhe deixara a liberdade de se servir ou não da escolta, e uma vez que o oficial se espantava dessa circunstância, e com prudentes argumentos se reclamava do hábito que tinha sido mantido durante todo o tempo da sua estada, o negociante contou-lhe o incidente que levara a ser-lhe consignada a escolta. O oficial garantiu-lhe que as ordens do intendente do palácio, barão von Wenk, actualmente à frente do gabinete e consequentemente chefe da polícia, lhe impunham a protecção ininterrupta da pessoa do negociante e pediu-lhe, se não queria que os lansquenetes o acompanhassem, que fosse ele póprio ao palácio do governo para esclarecer o que devia ser um equívoco. Kohlhaas, lançando ao oficial um olhar significativo, decidido a buscar a certeza quanto à situação, disse que o faria; com o coração agitado, desceu do carro, disse ao caseiro para levar os meninos para casa e seguiu com o oficial e a sua escolta para o palácio.

O intendente do palácio estava precisamente a interrogar um bando de homens de Nagelschmidt aprisionados nos arredores de Leipzig e ali conduzidos na véspera; o interrogatório era também feito pelos fidalgos von Tronka, que estavam interessados em saber deles várias coisas que poderiam favorecer a sua causa, quando o negociante entrou na sala com o seu séquito. Logo que o viu, o barão foi ter com ele e, enquanto os fidalgos se calavam bruscamente, perguntou-lhe o que queria. Kohlhaas manifestou respeitosamente o seu desejo de ir a Lockwitz almoçar com o administrador, para o que não necessitava dos soldados de escolta; o barão, mudando de cor e quase

engolindo uma resposta diferente, respondeu que faria bem em adiar esse almoço para outra ocasião melhor, deixando-se ficar em casa. Voltando-se para o oficial, disse-lhe que se ativesse às ordens que recebera quanto àquele homem e que este não podia deixar a cidade senão acompanhado pelos seis lansquenetes montados. Kohlhaas preguntou se era prisioneiro e se devia pensar que estava violada a amnistia solenemente outorgada perante o mundo; a isso o barão, voltando-se para ele, com raiva nos olhos, respondeu duas vezes: — Sim! Sim! — Depois voltou-lhe as costas, deixou-o ali e regressou para junto dos homens de Nagelschmidt.

Kohlhaas saiu da sala e, embora reconhecendo que com este passo tinha tornado muito difícil o único meio que lhe restava de se salvar, o da fuga, não lamentou o que tinha feito porque se via agora igualmente livre de violar os termos da amnistia. Ao chegar a casa, mandou desatrelar os cavalos e, acompanhado do oficial de polícia, foi sentar-se na sala; e enquanto este, de um modo que o aborrecia, lhe assegurava tratar-se certamente de um engano que depressa se esclareceria, os homens da escolta, a uma ordem sua, fechavam todas as saídas para o pátio, garantindo-lhe aquele que a saída pela frente continuava à sua disposição, podendo servir-se dela conforme entendesse, tal como antes.

Entretanto, nas florestas de Erzgebirge, Nagelschmidt, acossado por todos os lados pelos polícias e soldados, privado como estava dos meios necessários para sustentar o papel que assumira, teve a ideia de associar realmente Kohlhaas à empresa. Informado com suficiente exactidão do andamento do processo, em Dresde, por meio de um viajante que ali passara, acreditou poder induzir o negociante, apesar da inimizade aberta que entre eles reinara, a unir-se nova-

mente com ele. Enviou-lhe para isso um dos seus homens, com uma carta escrita num alemão quase ilegível, do teor segunte: «Se ele quisesse vir para o Altenburgo e retomar o comando do grupo ali reunido a partir dos restos do que em Lützen fora dissolvido, ele oferecia-lhe cavalos, homens e dinheiros para agenciar a sua fuga de Dresde, prometia-lhe ser mais obediente no futuro, sobretudo mais ordeiro, dispondo-se a vir pessoalmente, como prova da sua fidelidade, a Dresde tratar da evasão.» O portador da carta teve a infelicidade de ser acometido de convulsões, caindo ao chão numa aldeia dos arredores de Dresde, e a carta foi encontrada pelas pessoas que tinham acorrido em seu auxílio, sendo ele preso logo que melhorou e transportado ao palácio do governo com grande acompanhamento de populares. Logo que o intendente leu a missiva, dirigiu-se sem perda de tempo ao castelo do Eleitor, onde encontrou os senhores Hinz e Kunz, este já restabelecido dos ferimentos, além do presidente da chancelaria, conde Kahlheim. Estes senhores eram de opinião que Kohlhaas devia ser preso imediatamente e processado por entendimentos secretos com Nagelschmidt, porque uma tal carta provava à evidência não poder ter sido escrita sem que outras a antecedessem também da parte de Kohlhaas e provava, sobretudo, que se devia seguir entre eles um entendimento criminoso para iniciarem novas atrocidades. O Eleitor recusou-se com firmeza a romper, por aquela simples carta, a amnistia que concedera ao negociante; segundo ele, da carta de Nagelschmidt resultava, pelo contrário, que não existia entre eles qualquer entendimento anterior; e tudo aquilo a que se decidiu, embora depois de longas hesitações, para clarificar a situação, foi, por conselho do Presidente, mandar entregar-lhe a carta, pelo homem de Nagelschmidt, como se este não

tivesse sido preso, e ver o que dali resultaria. Para tal, na manhã seguinte, o homem que estivera encarcerado foi enviado ao palácio onde o intendente lhe restituiu a carta, prometendo-lhe a liberdade e o indulto da pena que merecia, com a condição de entregar a missiva ao negociante como se nada tivesse acontecido; astúcia de baixo estofo a que o bandido se prestou sem dificuldade. Assim, com ar misterioso, e a pretexto de lhe vender caranguejos que o oficial de polícia lhe encomendara no mercado, entrou o homem em casa de Kohlhaas.

Este leu a carta enquanto as crianças brincavam com os caranguejos. Numa ocasião diferente, teria decerto agarrado o bandido pelo braço e feito dele entrega aos soldados que tinha diante da porta; mas já que as disposições eram tais que mesmo um gesto desses seria visto com indiferença e ele estava convencido de que ninguém no mundo o poderia salvar da rede em que estava envolvido, olhou com tristeza aquele rosto que bem conhecia e disse-lhe que regressasse horas mais tarde para lhe dar a resposta. Ordenou a Sternbald, que entrava por acaso, que comprasse alguns caranguejos ao homem, e, concluído o negócio, tendo-se os dois afastado sem se reconhecerem, sentou-se e escreveu a Nagelschmidt uma carta em que dizia o seguinte: em primeiro lugar, aceitava a sua proposta de tomar o comando do grupo no Altenburgo; que em consequência, para o libertar do estado de prisioneiro em que agora se encontrava com os seus cinco filhos, lhe enviasse a Neustadt, perto de Dresde, um carro com dois cavalos; que para acelerar a fuga necessitava de uma muda de cavalos na estrada de Wittenberg, pois só fazendo esse desvio, por razões longas de explicar, poderia chegar até ele; que esperava poder corromper os lansquenetes que o guardavam, mas que, no

caso de ser necessário empregar a força, queria encontrar em Neustadt alguns homens corajosos e bem armados; que para suprir às despesas ligadas a todos estes preparativos lhe enviava um rolo de vinte coroas de ouro, de que fariam contas no final; finalmente, pedia-lhe para não vir pessoalmente libertá-lo dado tal acto ser desnecessário, antes lhe dava ordem expressa de se manter no Altenburgo, no comando provisório do bando que não podia ficar sem chefe. Quando o bandido voltou, pela noite, entregou-lhe a carta, recompensou-o generosamente e recomendou-lhe que tivesse cuidado com ela. A sua intenção era ir a Hamburgo, com os seus cinco filhos, e embarcar ali para o Levante, para as Índias Orientais ou para qualquer sítio longínquo onde o sol iluminasse pessoas diversas daquelas que conhecia, pois já desistira da recuperação dos murzelos, sem falar da repugnância que lhe causava aceitar o auxílio de Nagelschmidt.

Logo que aquela resposta foi entregue ao barão, foi o grão-chanceler, conde Wrede, destituído do seu cargo, nomeado para presidente do tribunal o conde Kahlheim, em sua substituição, e Kohlhaas preso, por decreto do Eleitor, e conduzido à prisão da cidade, carregado de cadeias. Foi-lhe levantado processo com base naquela carta, afixada em todos os lugares públicos da cidade. Na barra do tribunal respondeu «sim» ao perguntarem-lhe se reconhecia a sua letra na carta que lhe mostravam, mas respondeu «não», baixando o olhar, quando inquiriram se tinha alguma coisa a alegar em sua defesa, pelo que foi condenado a ser torturado com tenazes em brasa, depois esquartejado e o seu corpo queimado entre a roda e a forca.

Assim estavam as coisas para o infeliz Kohlhaas, quando o Eleitor do Brandeburgo interveio para o salvar das mãos da prepotência e da arbitrariedade,

enviando uma nota à chancelaria da Saxónia, reclamando-o como súbdito do Brandeburgo. O governador de Berlim, Heinrich von Geusau, num passeio nas margens do Spree, narrara ao Eleitor a história daquele homem singular mas não desprezível; perante as perguntas do príncipe, espantado com a história, não pudera deixar de revelar que os abusos cometidos pelo conde Kahlheim recaíam sobre o próprio soberano. O Eleitor, indignado, chamou o Chanceler para se justificar e, verificando que a causa de tudo era o seu parentesco com a casa dos von Tronka, destituiu-o com sinais evidentes de desagrado, nomeando grão-chanceler o senhor Heinrich von Geusau.

Precisamente nesse momento o reino da Polónia, encontrando-se em luta com a Saxónia, não sabemos por que motivo, solicitou, reiteradamente e com insistência, o Eleitor do Brandeburgo a fazer causa comum, aliando-se à Polónia contra a Saxónia. Por esse facto, o grão-chanceler, von Geusau, hábil em tais assuntos, tinha esperança de poder satisfazer o desejo do seu soberano de prestar inteira justiça a Kohlhaas, sem comprometer a paz geral com maior perigo do que o poderia consentir o direito individual. Para esse fim, o grão-chanceler pediu, com motivo num processo absolutamente arbitrário e contrário às leis divinas e humanas, a extradição imediata e incondicional de Kohlhaas para ser julgado, se fosse culpado, segundo as leis brandeburguesas, sob a acusação que o tribunal de Dresde poderia apresentar em Berlim por intermédio de um seu advogado; pedia também passaporte para um advogado que o príncipe-eleitor estava disposto a enviar a Dresde para obter justiça para Kohlhaas contra o barão Venceslau von Tronka, por causa dos murzelos que lhe confiscara em solo saxão, e por outros inauditos maus tratos e violências. O cama-

reiro, senhor Kunz, que tinha sido nomeado chefe da chancelaria, em virtude das alterações havidas nos cargos governativos, e que não desejava, por vários motivos, ofender a corte de Berlim, respondeu em nome do seu soberano, muito melindrado com a nota recebida, dizendo que se estranhava a pouca equidade e cortesia com que se negava à corte de Dresde o direito a julgar Kohlhaas segundo a lei por delitos cometidos no país, quando todos sabiam que ele possuía ali uma propriedade e não negava a sua condição de cidadão saxónico. Entretanto, já a coroa da Polónia concentrara cerca de cinco mil homens na fronteira da Saxónia para apoiar as suas pretensões; mas como o grão-chanceler, Heinrich von Geusau, declarava que Kohlhaasenbrück, de onde Kohlhaas recebia o nome, ficava situada em território do Brandeburgo e que a execução da sentença de morte seria considerada uma violação do direito dos povos, o Eleitor da Saxónia, por conselho do próprio senhor Kunz, que estava ansioso por se ver à margem daquele assunto, mandou chamar o príncipe Cristiano von Meissen e, depois de lhe ouvir os ponderados conselhos, resolveu aceitar o pedido da corte de Berlim e entregar o negociante.

O príncipe Cristiano von Meissen, muito descontente com as irregularidades praticadas na sua ausência, retomara a direcção do caso Kohlhaas para obedecer ao seu angustiado soberano e perguntou-lhe sob que acusação queria ele processar o negociante perante o tribunal de Berlim. Basear-se na infeliz carta a Nagelschmidt era impossível dadas as circunstâncias ambíguas em que a mesma tinha sido escrita e, por outro lado, não se podia basear nos passados saques e incêndios dada a proclamação de amnistia que os tinha perdoado; o Eleitor decidiu então apresentar a Sua Majestade o Imperador, em Viena, um relatório

acerca da invasão armada da Saxónia levada a cabo pelo negociante, lamentar-se da pertubação da paz pública por ele instaurada e solicitar a Sua Majestade, não ligada a qualquer amnistia, que encarregasse um procurador imperial da acusação de Kohlhaas. Oito dias depois, o cavaleiro Frederico von Malzahn, que o Eleitor do Brandeburgo enviara a Dresde com seis homens montados, carregava Kohlhaas, acorrentado como estava, numa carruagem, transportando-o a Berlim, acompanhado dos cinco filhos que, a seu pedido, tinham sido retirados de vários hospícios e casas de órfãos onde se encontravam.

Quis o acaso que, na mesma ocasião, o Eleitor da Saxónia, convidado pelo governador provincial, conde Aloísio von Kahlheim, proprietário de vastos terrenos perto da fronteira da Saxónia, tivesse partido para Dahme, na companhia do senhor Kunz e da mulher deste, dona Eloísa, filha do governador e irmã do presidente da chancelaria, sem falar de outros brilhantes cavaleiros e damas, fidalgos, caçadores e cortesãos, para uma grande caçada ao cervo, destinada a distraí-lo. À sombra de tendas engalanadas, erguidas numa colina que a estrada atravessava, toda a companhia, ainda coberta de pó, sentava-se à mesa, servida por pajens e donzelas, ao som de uma música alegre que vinha de umas carvalheiras, quando Kohlhaas avançou lentamente pela estrada, com a sua escolta a cavalo. A doença de um dos delicados filhos de Kohlhaas obrigara o cavaleiro von Malzahn, que o acompanhava, a deter-se três dias em Herzberg, mas, respondendo apenas perante o soberano que servia, não entendera necessário informar a corte de Dresde desse contratempo. O Eleitor, com o peito semidescoberto e o chapéu de plumas enfeitado com rebentos de abetos segundo a moda entre os caçadores,

sentado junto de dona Eloísa, que em tempos, quando mais jovem, tinha sido o seu primeiro amor, alegre e bem disposto com a vivacidade da festa que o cercava, disse:

— Vamos oferecer àquele infeliz, quem quer que seja, um cálice de vinho!

Dona Eloísa olhou para ele e levantou-se imediatamente; saqueou a mesa e encheu com frutas, doces e pão uma salva de prata que um pajem segurava; já todo o alegre grupo abandonava à pressa as tendas com refrescos de toda a espécie, quando o governador provincial veio ao encontro deles com expressão de grande contrariedade, pedindo-lhes para ficarem nos seus lugares; e como o Eleitor, espantado, lhe perguntasse o que acontecera para estar de tal modo perturbado, respondeu, voltando-se para o senhor Kunz, que era Kohlhaas quem se encontrava naquela carruagem. Perante aquela inesperada notícia, pois era do conhecimento geral que o negociante partira havia seis dias, o camareiro pegou no seu copo de vinho e lançou-o ao chão, voltando para a tenda. O Eleitor, com o rosto em chamas, pousou o seu num prato que um pajem, a um sinal do camareiro, lhe estendeu. Enquanto o cavaleiro Frederico von Malzahn, saudando respeitosamente a companhia que desconhecia, prosseguia lentamente em direcção a Dahme através da formação de tendas, os outros fidalgos, a convite do governador, retiravam-se para dentro delas, sem se preocuparem com quem passava. Logo que o Eleitor se sentou, o governador mandou secretamente a Dahme para obter das autoridades o afastamento imediato do negociante; mas como o cavaleiro, em virtude do adiantamento da hora, tivesse declarado querer ficar ali, teve de se contentar em o alojar discretamente numa

quinta da comuna, fora de mão, escondida no meio da mata.

Os convidados, distraídos pelo vinho e pelos magníficos refrescos, tinham já esquecido o incidente quando, pela tarde, o governador propôs que voltassem à caçada uma vez que se tinha avistado uma manada de veados; todos aprovaram a ideia com alegria e, munindo-se das espingardas, correram, saltando valados e sebes, para a floresta vizinha. Devido a um engano, o Eleitor e dona Eloísa, que lhe tinha tomado o braço para assistir ao espectáculo, foram conduzidos, com grande espanto seu, por um pajem posto à disposição deles, directamente através do pátio da casa em que se encontrava Kohlhaas com os cavaleiros brandeburgueses. A dama, quando o soube, disse:

— Vamos aproveitar a ocasião! Vinde!

Gracejando, escondeu no peitilho de seda a corrente de ouro que pendia do pescoço do príncipe e prosseguiu:

— Antes que os outros cheguem, vamo-nos introduzir e ver o homem fabuloso que ali pernoita.

O Eleitor pegou-lhe na mão, corando, e disse:

— Eloísa, que ideia vos veio à cabeça?

Ela porém retorquiu que era impossível que alguém os reconhecesse com aqueles fatos de caça, e tentou arrastá-lo. Precisamente naquele momento alguns caçadores saíam da casa, com a curiosidade satisfeita, garantindo-lhes que, graças às disposições do governador, nem o cavaleiro nem o negociante sabiam quem fossem os fidalgos acampados nos arredores de Dahme. O Eleitor desceu o chapéu para os olhos e disse, rindo:

— Loucura, tu governas o mundo a partir de uma bela boca de mulher!

Kohlhaas, quando eles entraram na casa para o verem, estava precisamente sentado num molho de

feno, com as costas apoiadas na parede, e dava de comer, pão de trigo e leite, ao filho que adoecera em Herzberg. Quando a senhora, para iniciar a conversa, lhe perguntou quem era e o que tinha a criança, e também que crime cometera e para onde o conduziam sob tal escolta, levantou o chapéu e, continuando a sua ocupação, respondeu de uma maneira breve mas satisfatória àquelas perguntas. O Eleitor, em pé, atrás dos caçadores, notando no pescoço de Kohlhaas uma pequena cápsula de chumbo suspensa de um cordão de seda, e não encontrando de momento nada melhor para dizer, perguntou-lhe o que significava aquilo e o que continha. Kohlhaas respondeu:

— Ah, esta cápsula, ilustríssimo! — tirou-a do pescoço, abriu-a e extraiu dela um bilhete fechado e lacrado. — Esta cápsula tem uma história estranha. Há cerca de sete meses, precisamente no dia seguinte ao do funeral da minha mulher, eu tinha saído de Kohlhaasenbrück, como decerto sabeis, para prender o barão Venceslau von Tronka que me causara graves prejuízos, quando o Eleitor da Saxónia e o do Brandeburgo, ignoro para que fins, se encontraram em Jüterborg, um lugarejo para onde a minha decisão também me levava. Pela tarde, tendo chegado a bom entendimento, segundo parece, os dois saíram para a rua, conversando amigavelmente, e resolveram ir visitar a feira anual que decorria no momento. Depararam assim com uma cigana que, sentada num banquinho, lia a sina ao povo que a rodeava; os dois, na brincadeira, perguntaram-lhe se não tinha também algo de agradável para lhes revelar. Eu tinha saído com os meus homens e encontrava-me igualmente na praça onde tudo isto acontecia, no portal de uma igreja, atrás da multidão, mas não podia ouvir o que a estranha mulher dizia àqueles senhores. Como os populares

sussurravam uns com os outros, dizendo que a cigana não revelava os seus segredos a qualquer pessoa, e se comprimiam para não perderem o espectáculo que se preparava, eu, menos por curiosidade do que para dar lugar aos curiosos, subi para um banco que estava atrás de mim, escavado na parede de entrada da igreja. Dali avistava tudo com a maior liberdade e vi então que a cigana garatujava qualquer coisa, sentada diante dos dois senhores. De repente, a mulher levantou-se apoiada nas muletas, girou a vista pela multidão detendo-se em mim, que nunca tinha trocado com ela qualquer palavra nem recorrido, em toda a vida, à sua arte, atravessou a multidão e disse-me: — Toma! Se o senhor quiser sabê-lo, que o peça a ti. — E dizendo isto, Ilustríssimo, entregou-me, com as suas mãos esqueléticas, este bilhete. Espantado, enquanto todo aquele povo se voltava para me ver, respondi-lhe: — Mas que me ofereces tu, tiazinha? — Ela soltou umas quantas palavras incompreensíveis, entre as quais porém reconheci com grande espanto o meu nome, e depois terminou: — Isto é um amuleto, Kohlhaas; guarda-o bem, um dia te salvará a vida! — depois disso desapareceu. Para dizer a verdade, ainda não perdi a vida, apesar de em Dresde as coisas terem estado muito feias. Quanto ao que me acontecerá em Berlim, e como terminará tudo isto, o futuro o dirá.

Ao ouvir estas palavras, o Eleitor deixou-se cair num banco; e embora tivesse respondido à pergunta ansiosa da dama que se encontrava bem, antes de ela ter tido tempo de acorrer e o receber nos braços, caiu em terra, desmaiado. O cavaleiro von Malzahn, que entrava exactamente naquele momento, exclamou: — Meus Deus! Que aconteceu ao senhor? — A dama gritou que trouxessem água. Os fidalgos ergueram-no e levaram-no para uma cama, no quarto ao lado. A

consternação atingiu o auge quando o camareiro, chamado por um pajem, após repetidas e vãs tentativas de o chamar a si, disse que todos os sintomas presentes faziam supor um ataque de apoplexia. Enquanto o copeiro expedia um mensageiro a cavalo a Luckau, à procura de um médico, o governador, vendo que ele abria os olhos, mandou-o transportar para uma carruagem e conduzi-la a passo ao castelo de caça que possuía ali perto. Durante a viagem sobrevieram mais dois desmaios, e apenas na manhã seguinte, já tarde, quando o médico chegou de Luckau, o Eleitor se mostrou um pouco reanimado, embora com todos os sintomas de uma febre nervosa. Logo que recuperou a voz, soergueu-se no leito e perguntou por Kohlhaas. O camareiro, que não compreendeu o sentido da pergunta, pegou-lhe na mão e afirmou-lhe que podia estar descansado porque aquele homem abominável fora retido na quinta, por sua ordem, após o estranho e inexplicável incidente, ali se mantendo sob a guarda dos brandeburgueses. Assegurou-lhe o seu profundo pesar e informou-o ter censurado asperamente a sua mulher pela imperdoável leviandade com que o tinha levado a encontrar aquele homem. Depois perguntou-lhe o que o perturbara no colóquio com o negociante, de um modo tão violento e estranho. O Eleitor respondeu que devia confessar ter sido a vista de um pequeno e insignificante bilhete, que aquele homem tinha consigo numa cápsula de chumbo, a causa de todo o desagradável incidente. Para explicar as circunstâncias do facto, acrescentou outras frases que o camareiro não compreendeu, e de repente, apertando-lhe a mão entre as suas, garantiu-lhe que a posse daquele bilhete era para ele da máxima importância e pediu-lhe que montasse a cavalo e se dirigisse a Dahme, sem demora, e comprasse aquele bilhete por

qualquer preço. O camareiro, que não conseguia esconder a sua perturbação, fê-lo notar que, se aquele bilhete tinha para ele algum valor, nada era mais importante do que esconder de Kohlhaas essa circunstância; se uma palavra imprudente o levasse a descobrir tal, nem toda a fortuna do Eleitor bastaria para arrancar o bilhete das mãos daquele indivíduo feroz e insaciável na sua sede de vingança. Para o acalmar acrescentou que era necessário pensar em outro meio e que, talvez, com astúcia e por intermédio de um terceiro, completamente desinteressado, fosse possível apoderarem-se do tal papel em que punha tanto empenho, e que não deveria ter, para o malfeitor, grande importância em si mesmo. Enxugando o suor, o príncipe perguntou se não seria possível enviar imediatamente alguém a Dahme com esse objectivo e suspender entretanto a partida do negociante até que, de um modo ou de outro, se tivesse nas mãos o papel. O camareiro, que não queria acreditar nos próprios ouvidos, respondeu que, infelizmente, havia todas as probabilidades de o negociante de cavalos ter já abandonado Dahme e se encontrar agora em território brandeburguês, onde a tentativa de lhe deter a marcha, ou até de o fazer regressar poderia provocar os mais graves e desagradáveis problemas, com consequências imprevisíveis. E como o Eleitor se deixou cair na almofada, sem uma palavra, como pessoa que perdeu a esperança, perguntou-lhe o que continha o tal papel e qual o estranho e inexplicável acaso que o levara a saber que esse conteúdo se lhe referia, mas o Eleitor lançou um olhar desconfiado ao camareiro, cuja capacidade de discrição lhe era suspeita, mantendo-se em silêncio. Jazia imóvel, com o coração a pulsar fortemente, olhando, absorto, a ponta do lenço que tinha nas mãos; e de repente, com o pretexto de que necessi-

tava de tratar de outro assunto, pediu que lhe chamasse o cavaleiro von Stein, um jovem fidalgo hábil e robusto, que já o servira outras vezes em missões secretas. Depois de lhe ter explicado as coisas, e advertido da importância do bilhete em poder de Kohlhaas, pediu ao fidalgo, se queria ganhar o direito à sua amizade eterna, que tratasse de obter o papel antes de Kohlhaas chegar a Berlim. O jovem, logo que conseguiu compreender aproximadamente as circunstâncias do assunto, por mais singular que ele lhe parecesse, garantiu-lhe que se encontrava ao seu serviço de corpo e alma. O Eleitor encarregou-o então de galopar até atingir Kohlhaas, e, uma vez que não era provável que ele cedesse o bilhete por dinheiro, deu-lhe o direito de lhe oferecer, em troca, num diálogo habilmente conduzido, a liberdade e a vida; mais do que isso, se ele o exigisse, a promessa de o auxiliar, embora prudentemente, com homens, cavalos e dinheiro a fugir imediatamente aos cavaleiros do Brandeburgo. O cavaleiro pediu-lhe uma credencial que, pelo seu próprio punho, o legitimasse em tal missão, partiu imediatamente com alguns criados e, sem poupar os cavalos, teve a sorte de encontrar Kohlhaas numa aldeia da fronteira, onde tomava a refeição ao ar livre, à porta de uma casa, com os seus cinco filhos.

Apresentou-se ao cavaleiro com Malzahn como sendo um forasteiro que, de passagem, pretendia ver o homem singular que ele escoltava. Aquele convidou-o imediatamente para a sua mesa, apresentando-lhe Kohlhaas. E dado que o cavaleiro entrava e saía nos preparativos de partida, e os seus homens tomavam a refeição do outro lado da casa, depressa se ofereceu ao fidalgo a oportunidade de revelar ao negociante quem era e que preciso encargo ali o trazia. O negociante, que já conhecia a qualidade e o nome do ho-

mem que, na casa de Dahme, desmaiara à vista da cápsula, e que, para coroar o alvoroço resultante de tal descoberta, tinha apenas necessidade de conhecer o segredo expresso no bilhete, estava porém decidido a não o abrir por simples curiosidade e respondeu, rememorando o tratamento ignóbil e indigno sofrido em Dresde, da parte do príncipe, que não pretendia desfazer-se do bilhete que a cigana lhe entregara. Ao perguntar-lhe o jovem o motivo de uma tão surpreendente atitude, quando em troca lhe ofereciam nada menos que a vida e a liberdade, Kohlhaas respondeu:

— Nobre Senhor, se o vosso soberano viesse aqui e me dissesse: «Quero deixar-me aniquilar com todo o séquito daqueles que me auxiliam a conduzir os negócios do trono!», aniquilar, compreendeis?, que é decerto o maior desejo do meu coração, mesmo assim eu lhe recusaria o bilhete a que ele liga uma importância superior à vida e dir-lhe-ia: «Podeis enviar-me ao patíbulo, mas eu posso ferir-vos e desejo fazê-lo!»

Ao acabar de dizer estas palavras, pálido como a morte, chamou um dos homens da escolta e ofereceu-lhe um bom petisco que ficara no seu prato. Durante todo o resto do tempo que se manteve naquela aldeia, ignorou o jovem fidalgo, sentado à mesa; só no momento de subir para o carro lhe lançou um olhar que era um adeus.

O estado do Eleitor, ao receber a notícia do que se passara, agravou-se de tal maneira que o médico teve, durante três dias, as maiores preocupações pela sua vida, ameaçada ao mesmo tempo por tantos lados. No entanto, graças à sua vigorosa constituição, o Eleitor conseguiu melhorar um pouco após algumas semanas dolorosas e, tendo-se erguido, foi conduzido a Dresde, aos seus negócios de Estado, rodeado de almofadas e bem coberto. Logo que chegou à capital, man-

dou chamar o príncipe Cristiano von Meissen e perguntou-lhe em que estado se encontrava a missão do conselheiro Eibenmayer, que devia ser enviado a Viena como procurador no processo de Kohlhaas, para apresentar, perante Sua Majestade Imperial, a acusação relativa à violação da paz pública. O príncipe respondeu-lhe que, conforme as ordens que deixara ao partir para Dahme, o conselheiro tinha seguido para Viena logo que se soubera ter ali chegado Zauner, um jurista que o Eleitor do Brandeburgo enviara como advogado para citar em tribunal o barão Venceslau von Tronka quanto ao assunto dos murzelos. O Eleitor aproximou-se, corando, da sua mesa de trabalho e mostrou-se espantado com a pressa que havia no assunto, pois, segundo recordava, tinha declarado que se reservava o direito de estabelecer, com posteriores e mais precisas ordens, a partida definitiva de Eibenmayer, pela necesidade de conferenciar, antes disso, com o doutor Lutero, que obtivera a amnistia de Kohlhaas. Com sinais de cólera reprimida, desarrumou cartas e documentos que esperavam em cima da mesa. O príncipe olhou-o com espanto e, depois de uma pausa, respondeu que lamentava não o ter satisfeito naquele assunto, mas podia mostrar-lhe, de resto, a resolução do Conselho de Estado que o obrigara a enviar a Viena o procurador da corte na data referida. Acrescentou que no Conselho de Estado não tinha havido qualquer referência a um encontro com o doutor Lutero; que antes, dada a sua intervenção a favor de Kohlhaas, teria sido naturalmente oportuno ter em conta a opinião daquele eclesiástico, mas não agora que a amnistia fora violada perante todo o mundo e se tinha mandado prender o negociante e entregue ao tribunal brandeburguês para que fosse condenado e executado. O Eleitor disse que o erro de ter mandado partir Eibenmayer não era afinal assim tão grave; desejava porém que, por agora e até nova ordem, ele se não apresentasse em Viena na qualidade de acusador e pediu ao príncipe que enviasse urgentemente essas instruções por um mensageiro especial. O príncipe respondeu que infelizmente essa ordem chegava com um dia de atraso, porque, segundo um relatório que acabara exactamente de receber, Eibenmayer já se tinha apresentado na qualidade de procurador e já havia entregue a queixa contra Kahlhaas. E como o Eleitor se espantasse de tudo isso ter sido possível em tão pouco tempo, ele acrescentou que já tinham passado três semanas depois da partida do conselheiro e que as instruções recebidas o forçavam a regular imediatamente o assunto, após a chegada a Viena. Uma demora seria, de resto, inoportuna, observou o príncipe, porque o advogado brandeburguês, Zauner, procedia contra o barão von Tronka com obstinação inflexível e já requerera ao tribunal que os murzelos fossem retirados provisoriamente do matadouro, com vista ao seu futuro restabelecimento, e, apesar de todas as objecções da parte contrária, tinha obtido essa ordem. O Eleitor tocou a campainha, dizendo: «Pouco importa!», fez-lhe ainda mais algumas perguntas banais sobre as novidades de Dresde e o que se passara na sua ausência e, incapaz de esconder os seus sentimentos, acenou-lhe com a mão e despediu-o.

Nesse mesmo dia solicitou por escrito todos os actos relativos ao assunto do negociante, com o pretexto de os querer estudar ele próprio dada a importância política do caso. E como o pensamento de destruir a única pessoa através da qual poderia conhecer o segredo do bilhete lhe era intolerável, escreveu com o seu próprio punho uma missiva ao Imperador, na qual pedia, de um modo caloroso e insistente, a per-

missão de retirar, até nova decisão, a queixa apresentada por Eibenmayer contra Kohlhaas por razões que em breve lhe poderia, decerto, explicar mais claramente. Numa nota redigida pela chancelaria do Estado, o Imperador respondeu que a mudança que parecia ter-se produzido no seu íntimo o espantava extremamente; que o relatório enviado pelo governo da Saxónia fizera do processo de Kohlhaas uma questão que tinha que ver com todo o Santo Império Romano-Germânico; por esse facto, ele, Imperador, como seu chefe supremo, tinha-se visto forçado a intervir naquele processo como promotor junto da casa de Brandeburgo; e como o assessor da corte, Franz Müller, já tinha partido para Berlim na qualidade de procurador, para pedir contas a Kohlhaas da violação da ordem pública, não lhe era de modo algum possível, agora, retirar a acusação, e era necessário que as coisas prosseguissem o seu curso nos termos da lei. Esta resposta acabou de abater o Eleitor; e quando, pouco depois, chegaram de Berlim relatórios secretos em que se anunciava a abertura do processo e se previa que Kohlhaas, apesar de todos os esforços do advogado, acabaria na patíbulo, o infeliz príncipe decidiu fazer mais uma tentativa e, numa carta pessoal ao Eleitor do Brandeburgo, pediu a vida do negociante. Sustentava na missiva que a amnistia concedida a Kohlhaas não permitia que ele fosse condenado à morte com legitimidade, garantia-lhe que, apesar da aparente severidade com que se procedera contra ele, nunca houvera a intenção de o executar e chamou-lhe a atenção para o desconsolo que teria se a protecção que Berlim pretendera conceder-lhe se transformasse, afinal, por uma inesperada mudança, num maior dano do que se o homem tivesse ficado em Dresde e a sua causa fosse decidida segundo as leis saxónicas. O Eleitor do Brandeburgo, a quem aquela carta pareceu em vários pontos ambígua e pouco clara, respondeu-lhe que a energia com que o procurador imperial procedia não permitia de modo algum fugir à rígida aplicação da lei conforme ele parecia desejar. Observava que o escrúpulo que ele expunha na sua carta era na realidade excessivo, porque a acusação pelos crimes já perdoados a Kohlhaas, com a amnistia, não era apresentada por ele no tribunal de Berlim, mas sim pelo procurador imperial que a ela de modo algum se encontrava ligado. Lembrava-lhe ainda que as crescentes violências de Nagelschmidt, que atingiam, com inaudita audácia, o território brandeburguês, tornavam necessário estatuir um exemlo intimidatório e pedia-lhe, no caso de não desejar ter em conta todas essas circunstâncias, que se dirigisse directamente à própria Majestade Imperial, porque uma declaração de graça a favor de Kohlhaas só poderia ser emitida por ali.

O Eleitor, com o sofrimento e a raiva de todas estas tentativas falhadas, voltou a adoecer; e, uma manhã em que o camareiro o tinha ido ver, mostrou-lhe as cartas que endereçara às cortes de Viena e de Berlim no intuito de salvar a vida de Kohlhaas e assim ganhar tempo para se apoderar do bilhete. O camareiro caiu de joelhos diante dele e pediu-lhe, por tudo o que tinha de mais sagrado e querido, que lhe revelasse o que continha aquele bilhete. O Eleitor mandou-o fechar a porta à chave e sentar-se na cama, ao lado dele; pegou-lhe na mão, que apertou ao peito, com um suspiro, e começou assim:

— Creio que a tua mulher já te contou como o Eleitor do Brandeburgo e eu, no terceiro dia do nosso encontro em Jüterborg, deparámos com uma cigana. O Eleitor, vivo como é, por temperamento, decidiu uma brincadeira para deitar a perder a reputação da

mulher perante todo aquele povo. As capacidades dela tinham sido faladas à mesa, pouco antes, em termos exagerados. O Eleitor postou-se diante da mesa dela, com os braços cruzados, e pediu-lhe, como prova do que lhe diria, um sinal qualquer que pudesse ser confirmado naquele mesmo dia, pois de outro modo não acreditaria nela, nem que fosse a própria Sibila romana. A mulher, medindo-nos com o olhar de cima a baixo, disse que o sinal seria o seguinte: um grande corço cornudo que o filho do guarda criava no parque viria ao nosso encontro, ali, na praça do mercado, antes que nós a deixássemos. Convém saberes que o citado corço, destinado à mesa da corte de Dresde, estava bem guardado, num recinto fechado com uma alta paliçada, cheio de carvalhos; além disso, o parque e o jardim que a ele conduzia estavam sempre cuidadosamente trancados por causa de vários outros animais e aves de capoeira, de modo que não era possível compreender como o animal pudesse vir ao nosso encontro naquela praça, segundo a estranha predição. No entanto, o príncipe, com receio de uma ratoeira qualquer, concertou-se comigo rapidamente e, por amor do jogo, pretendendo confundi-la em tudo o que ela viria a proferir, enviou um homem ao castelo com ordem de matar imediatamente o corço e de o preparar para a refeição do dia seguinte. Feito isso, voltou-se para a mulher, diante da qual tinha enviado aquelas ordens, sem se esconder, e disse: «Vamos lá! Que me revelas acerca do futuro?» A mulher olhou para a mão dele e começou: «Salve, o meu Príncipe e Soberano! Vossa Graça reinará por muito tempo e a vossa descendência será grande e poderosa sobre todos os príncipes e senhores da terra.» O Eleitor olhou para a mulher, pensativo, e, depois de uma pausa, aproximando-se de mim, disse-me que agora

lamentava ter enviado o homem para anular a profecia. Depois, enquanto sob o júbilo geral o dinheiro dos fidalgos chovia, às mãos cheias, no regaço da mulher, levou a mão ao bolso, e, acrescentando ao resto uma moeda de ouro, perguntou-lhe se a profecia que teria para me fazer tinha um som tão argentino como a que lhe comunicara. A mulher abriu uma caixa que tinha ao lado e nela ordenou cuidadosamente as moedas segundo o valor e o número; depois de a fechar levou as mãos aos olhos como se o sol a incomodasse e fixou-me. Eu repeti a pergunta e, enquanto ela examinava a minha mão, disse ao Eleitor: «Segundo parece, a mim não tem nada de agradável para predizer». A cigana agarrou as muletas, apoiou-se nelas, levantou-se lentamente do banco, encostou-se a mim, levando a mão à boca com ar de mistério, e sussurrou-me distintamente ao ouvido a palavra: «Não!». Fiquei perturbado e recuei um passo perante aquela figura que, com um olhar frio e vazio como se tivesse olhos de mármore, se sentou novamente no banco; perguntei: «De onde virá o perigo para a minha Casa?» A mulher pegou num pedaço de carvão e num papel e, cruzando as pernas, perguntou se devia escrever a resposta; eu, confuso como estava, e dado que em tais circunstâncias não me restava outro recurso, respondi que sim. Ela acrescentou: «Escreverei três coisas: o nome do último reinante da tua família, o ano em que perderá o reino e o nome daquele que o substituirá pela força das armas.» Depois de escrever, diante daquele povo todo, levantou-se, fechou o bilhete numa hóstia que humedeceu com os lábios murchos e nela imprimiu o sinete do anel de chumbo que tinha no dedo médio. Eu, com a curiosidade que podes imaginar, quis pegar no bilhete, mas ela declarou: «De modo nenhum, Alteza!», ergueu uma das muletas com

que apontou para o meio do povo e prosseguiu: «Podereis resgatar o bilhete, se o quiserdes fazer, daquele homem de chapéu de plumas que está ali em cima do banco, à entrada da Igreja.» E, antes que tivesse compreendido bem o que ela dissera, a mulher fechou a caixa com um ruído seco, pô-la às costas e, voltando-se, desapareceu entre a multidão que a cercava. Nesse momento, para me dar um conforto de que eu bem tinha necessidade, o cavaleiro que fora enviado ao castelo regressou e anunciou, rindo, que o corço já tinha sido morto e, sob os seus olhos, transportado para a cozinha. O Eleitor, pegando-me no braço alegremente para me conduzir para fora da praça, disse: «Bem! A profecia foi uma das habituais aldrabices e não valeu o tempo e o dinheiro que custou!» Mas qual não foi o nosso espanto quando, ainda antes de ele acabar a frase, se ergueu uma gritaria em toda a praça e todos os olhos se voltaram para um grande cão de açougueiro que vinha a correr dos lados do pátio do castelo. O animal penetrara na cozinha e abocanhara o corço como boa presa, fugindo em seguida, mas, perseguido pelos criados, deixou-o cair no chão precisamente diante de nós; a profecia da cigana tinha-se cumprido, e o corço, apesar de morto, tinha vindo ao nosso encontro na praça do mercado como penhor da verdade de tudo quanto ela dissera. O raio que cai do céu numa tarde de inverno não pode fulminar mais mortalmente do que me fulminou a vista daquele acontecimento; o meu primeiro pensamento, logo que me libertei da companhia, foi o de procurar o homem do chapéu de plumas que a mulher me indicara, mas nenhum dos meus homens, empenhados nessa pesquisa durante três dias, foi capaz de me dar a mínima notícia. Só agora, amigo Kunz, há poucas

semanas, em Dahme, vi o tal homem com os meus próprios olhos.

Soltou a mão do camareiro e, enxugando o suor, voltou a deixar-se cair nas almofadas. O camareiro, julgando inútil o esforço de opor a sua própria opinião acerca daquela aventura à do príncipe e encorajá-lo, pediu-lhe que tentasse qualquer outro meio para se apoderar do bilhete, abandonando depois aquele patifório ao seu destino, mas o Eleitor respondeu que não via qualquer possibilidade de agir nesse sentido, embora a simples ideia de ter de renunciar, ou de ver desaparecer o segredo do bilhete juntamente com a vida daquele homem, o levasse ao cúmulo do desespero. O amigo perguntou-lhe se tinha já tentado encontrar a cigana e o Eleitor respondeu que sim, que dera ordem à polícia, com um pretexto, que a encontrasse, mas as buscas em todo o território tinham sido infrutíferas; de resto, por razões que não desejava revelar, estava certo de que ela se não encontrava na Saxónia. Ora o camareiro tinha, precisamente, necessidade de se deslocar a Berlim por causa de várias propriedades importantes que a sua mulher herdara do conde Kahlheim, o grão-chanceler deposto e pouco depois falecido, e, como na realidade estimava o príncipe, perguntou-lhe, após breve reflexão, se aceitava dar-lhe pulso livre naquele assunto. O Eleitor, apertando-lhe a mão que levou ao peito, respondeu:

— Faz como se fosses eu próprio e traz-me o bilhete.

Tratados os seus assuntos, o camareiro apressou a partida para Berlim, para onde se dirigiu sem a mulher, acompanhado apenas de alguns criados.

Entretanto, Kohlhaas, como dissemos, tinha chegado a Berlim, e, por uma ordem extraordinária do Eleitor, tinha sido conduzido à prisão para nobres,

tendo sido ali acolhido com os seus cinco filhos com a comodidade possível. Logo que o procurador imperial chegou de Viena, o negociante foi convidado a comparecer perante o supremo tribunal a fim de responder pela violação da ordem pública garantida pelo Imperador. Embora na sua defesa contestasse imediatamente que, em virtude da convenção concluída com o Eleitor da Saxónia, em Lützen, não podia ser processado por agressão armada naquele território, nem pelas violências ali cometidas, foi ciente de que Sua Majestade Imperial, cujo procurador sustentava a acusação, não pretendia ter isso em conta. Mas bem depressa deixou as coisas correrem sem protestar, quando soube que, por outro lado, obteria plena satisfação em Dresde quanto ao seu processo contra o barão Venceslau von Tronka. Desse modo, no próprio dia da chegada do camareiro foi emitida a sentença e Kohlhaas foi condenado a ser decapitado, execução essa em que ninguém acreditava, em virtude da complexidade da situação; toda a cidade, dada a benevolência que o Eleitor manifestava a Kohlhaas, esperava, evidentemente, ver comutada a sentença, talvez em prisão, mesmo longa e penosa.

O camareiro viu imediatamente que não tinha tempo a perder se queria levar a bom termo a missão que lhe tinha sido confiada pelo Eleitor e meteu ombros à empresa. Uma manhã em que Kohlhaas estava à janela da prisão, distraindo-se a ver quem passava, mostrou-se longamente, colocando-se ali perto, no seu habitual trajo da corte. Um brusco movimento de cabeça do negociante garantiu-lhe ter sido notado, e viu com prazer que este, quase instintivamente, levava a mão ao peito onde tinha a cápsula. Considerou como preparação suficiente para dar mais um passo na sua tentativa de se apoderar do bilhete aquilo que se tinha

passado na alma do negociante e mandou vir uma velha vendedora ambulante de quinquilharias, que notara nas ruas de Berlim num grupo de outros ambulantes. Pela idade e pelo aspecto, pelas muletas também, ela parecia-se com a descrição feita pelo Eleitor; o camareiro estava certo de que Kohlhaas não teria fixado bem os traços da velha cigana que lhe entregara o bilhete tão repentinamente e tinha decidido fazer a vendedora ambulante representar junto dele o papel da pitonisa. Para tal instruiu-a minuciosamente acerca de tudo o que acontecera em Jüterborg entre o Eleitor e a cigana e, dado que não sabia até onde a mulher tinha ido nas revelações que fizera a Kohlhaas, não se esqueceu de insistir especialmente nas três misteriosas respostas contidas no bilhete; explicou-lhe então o que ela devia dizer, entre frases entrecortadas e confusas, acerca do conhecimento que tinha de que a corte da Saxónia pretendia apoderar-se, a bem ou à força, do bilhete, que era para o Eleitor da máxima importância, devendo ela sob esse pretexto pedi-lo a Kohlhaas, por não lhe parecer que o bilhete estivesse seguro na sua posse, para o guardar durante os dias em que o perigo se mantivesse. A mulher aceitou imediatamente o encargo, sob a condição de uma lauta recompensa, de que exigiu uma parte adiantadamente.

A mãe de Herse, caído em Mühlberg, visitava de vez em quando Kohlhaas, com permissão das autoridades; ela conhecia desde há algum tempo a vendedora ambulante, e assim, com uma gorjeta ao carcereiro, conseguiu que esta entrasse na prisão.

Kohlhaas, quando a velha entrou, julgou reconhecer, pelo anel-sinete que ela trazia no dedo e pelo colar de corais, a mesma velha cigana que lhe tinha entregue o bilhete em Jüterborg. E como a verosimi-

lhança nem sempre está do lado da verdade, aconteceu aquilo que vamos referir, embora admitamos que os leitores possam duvidar como entenderem: o camareiro errara o golpe, ao imaginar a ambulante vista nas ruas de Berlim a mulher capaz de se fazer passar pela misteriosa pitonisa, pois esta era, afinal, a própria cigana que fora base do acontecimento. Apoiada nas muletas, e enquanto acariciava as crianças que, amedrontadas com o seu estranho aspecto, se apertavam contra o pai, contou que tinha vindo para o Brandeburgo já há tempos, e que, tendo ouvido nas ruas da cidade o camareiro que se informava abertamente acerca da cigana que se encontrava em Jüterborg na Primavera anterior, se aproximara imediatamente e se tinha oferecido, com um nome falso, para a missão que o outro lhe propunha. O negociante de cavalos, que notara uma singular semelhança entre aquela mulher e a sua falecida, de tal modo que quase lhe perguntava se seria a avó dela — não só as linhas do rosto, as mãos ainda belas embora de estrutura descarnada, mas também o modo como as movia ao falar e um sinal no pescoço, tudo isso o fazia recordar-se vivamente de Lisbeth — , mandou-a sentar-se, enquanto lhe passavam pela cabeça os mais estranhos pensamentos, e perguntou-lhe o motivo que a levara a procurá-lo por instigação do camareiro. Enquanto o velho cão de Kohlhaas lhe farejava os joelhos e agitava a cauda em resposta às suas carícias, a mulher respondeu que o camareiro a encarregara de lhe revelar as três perguntas, tão importantes para a corte da Saxónia, de que o bilhete continha as misteriosas respostas, de o pôr em guarda contra um emissário especial que se encontrava em Berlim para se apoderar dele e de lhe pedir a entrega do bilhete com o pretexto de que o peito onde o guardava não era lugar seguro. Mas o

verdadeiro objectivo da vinda dela era o de lhe dizer que a ameaça de lhe subtrair o bilhete pela astúcia ou pela força era uma ameaça vã e absurda, que nada tinha a temer sob a protecção do Eleitor do Brandeburgo, de quem era prisioneiro, e que, pelo contrário, o bilhete estava muito mais seguro com ele do que com ela e que ele se devia esquivar a entregá-lo, fosse qual fosse a pessoa ou o pretexto. Concluiu que, no entanto, lhe parecia inteligente fazer do bilhete o uso para que lho entregara na praça do mercado de Jüterborg, acolhendo a proposta feita na fronteira pelo cavaleiro von Stein, cedendo-o em troca da vida e da liberdade. Kohlhaas, que exultava com o poder que lhe era dado de ferir mortalmente o calcanhar do inimigo no instante em que este o lançava a terra, respondeu:

— Por nada no mundo, tiazinha, por nada no mundo!

Apertava a mão da velha e queria apenas saber que terríveis respostas às três perguntas continha o bilhete. A mulher sentou nos joelhos o mais novo dos meninos, que se aninhara a seus pés, e disse:

— Por nada no mundo, Kohlhaas, negociante de cavalos, mas por este belo menino loiro, sim!

Ria-se para a criança, abraçava-a, beijava-a, e, vendo-lhe os olhos escancarados de espanto, deu-lhe, com a mão ossuda, uma maçã que tirou da sacola. Kohlhaas replicou, confuso, que os próprios filhos, se fossem grandes, louvariam o seu comportamento e que ele não podia fazer nada de mais benéfico para eles e para os seus netos do que conservar o bilhete. Perguntou-lhe depois quem, após a experiência que tinha feito, o poderia garantir contra uma nova falsidade, se ao fim e ao cabo não viria a sacrificar o bilhete

ao Eleitor sem qualquer resultado, como sacrificara o grupo dos seus sequazes em Lützen.

— Com quem me faltou à palavra uma vez não trato mais — disse ele. — Só um pedido teu, preciso e sem equívoco, me poderá separar deste papel que, de um modo tão prodigioso, me paga de tudo aquilo que sofri.

A mulher, pousando o menino no chão, disse que num certo sentido ele tinha razão e que era livre de entregar ou não entregar conforme quisesse. Voltou a pegar nas muletas e preparou-se para se ir embora. Kohlhaas repetiu a pergunta que fizera acerca do conteúdo do bilhete e, dado que ela lhe respondeu que o podia abrir, embora o fizesse por pura curiosidade, ele desejou que ela esclarecesse vários outros pontos obscuros antes de sair: quem era realmente, de onde lhe vinha a ciência que possuía, por que recusara ao Eleitor o bilhete que para ele escrevera e por que, entre milhares de homens, tinha entregue precisamente a ele, que nunca tinha recorrido à sua arte, o bilhete miraculoso. Mas precisamente naquele momento ouviu-se o ruído de alguns homens da polícia que subim a escada, e a mulher, tomada de súbito receio de ser por eles apanhada naquele aposento, respondeu:

— Adeus, Kohlhaas, até mais ver! Se nos reencontrarmos terás resposta para isso tudo. Adeus, meninos, adeus!

Lançou um beijo a cada uma das crianças e saiu.

Entretanto, o Eleitor da Saxónia, presa dos seus atormentados pensamentos, tinha mandado chamar dois astrólogos, então de grande nomeada, chamados Oldenholm e Olearius, e tinha-os interrogado acerca do conteúdo do misterioso bilhete, tão importante para ele e para a sua descendência. Mas, após várias

investigações feitas durante longos dias na torre do castelo de Dresde, os dois homens não conseguiram chegar a acordo se a profecia se referia a séculos futuros ou ao tempo presente e se incluía nisso a coroa da Polónia com quem as relações eram ainda muito tensas. Essa douta disputa, em vez de dissipar a preocupação, para não dizer o desespero do infeliz príncipe, tornou-a mais aguda e afinal aumentou-a num grau insustentável. A tudo isto veio juntar-se o facto de o camareiro ter escrito à mulher, que estava para ir ter com ele a Berlim, pedindo-lhe que antes de partir informasse prudentemente o Eleitor de que, após uma tentativa falhada com uma mulher que posteriormente nunca mais ninguém vira, eram bem poucas as esperanças de se apoderarem do bilhete em mãos de Kohlhaas, dado que, depois de um atento exame dos actos, a sentença de morte pronunciada contra ele estava agora já assinada pelo Eleitor do Brandeburgo e a data da execução fixada para a segunda-feira após o domingo de Ramos.

Perante esta notícia, o Eleitor, com o coração dilacerado pela dor e pelo remorso, fechou-se no seu quarto dois dias seguidos, como um homem perdido, cansado de viver, sem tocar alimentos, e ao terceiro, tendo informado laconicamente o Governo de que ia caçar para as terras do príncipe de Dessau, desapereceu repentinamente de Dresde. Para onde se dirigia, realmente, e se ia para casa deste príncipe, é questão que deixamos em aberto, pois as crónicas de que nos servimos para este relato contradizem-se e anulam-se neste ponto. O certo é que o príncipe de Dessau, naquele tempo, não podia caçar pois se encontrava doente em casa de seu tio, o duque Heinrich, em Braunschweig, e que na tarde do dia seguinte Eloísa von Tronka chegava a Berlim, a casa de seu marido, o

camareiro, acompanhada por um certo conde von Königstein que fazia passar por seu primo.

Entretanto, por ordem do Eleitor do Brandeburgo, tinha sido lida a Kohlhaas a sentença de morte, tirados os grilhões e restituídos os documentos relativos à sua fortuna que lhe haviam sido tirados em Dresde. O conselheiro que o Estado pusera à sua disposição perguntou-lhe como pretendia dispor dessa fortuna após a morte; Kohlhaas, com o auxílio de um notário, redigiu um testamento a favor dos filhos e nomeou tutor dos mesmos o juiz de Kohlhaasenbrück, seu fiel amigo. Depois disso, nada igualou a paz e a serenidade dos seus últimos dias, tanto mais que, por especial e extraordinária concessão do Eleitor, foi o cárcere onde se encontrava aberto de modo a permitir que os muitos amigos que tinha na cidade o visitassem livremente de dia ou de noite. Teve ainda a consolação de ver entrar no seu cárcere o teólogo Jacob Freising, enviado de Lutero, com uma carta do próprio punho deste, sem dúvida muito importante mas depois desaparecida, e de receber deste sacerdote, assistido por dois acólitos brandeburgueses, o benefício da santa comunhão. Entretanto, na agitação citadina que não conseguia renunciar à esperança de um acto de clemência que o salvasse, chegou a fatal segunda-feira após o domingo de Ramos em que ele devia dar ao mundo satisfação pela tentativa demasiado precipitada de fazer justiça pelas suas mãos. Com uma grande escolta, tendo ao colo os dois filhos (favor que tinha pedido expressamente ao tribunal!) e acompanhado pelo teólogo Jacob Freising, saía precisamente da porta da prisão quando, entre a multidão comovida de amigos e conhecidos que lhe apertavam a mão e lhe diziam adeus, aproximou-se o castelão do palácio do Eleitor, com uma expressão perturbada e lhe deu um papel

que, segundo disse, uma velha lhe entregara para ele. Kohlhaas, olhando espantado aquele homem que mal conhecia, abriu a folha cujo sinete impresso lhe lembrou imediatamente a cigana. Não se pode descrever o seu assombro quando leu a seguinte mensagem: «Kohlhaas, o Eleitor da Saxónia está em Berlim; precedeu-te no lugar do suplício, e, se te interessa, poderás reconhecê-lo pelo chapéu com plumas brancas e azuis. Não necessito de te dizer com que intenções veio: quer, logo que sejas enterrado, abrir a sepultura e recuperar a cápsula onde guardas o papel. Tua Lisbeth.» O negociante, profundamente perturbado, voltou-se para o castelão e perguntou-lhe se conhecia a misteriosa mulher que lhe entregara a mensagem. O castelão respondeu:

— Kohlhaas, aquela mulher...

Parou estranhamente no meio da frase, e ele, arrastado pela multidão que formava uma onda, não conseguiu ouvir o que o homem, cujo corpo parecia tremer todo, disse em seguida.

Quando chegou ao lugar da execução, deparou com o Eleitor do Brandeburgo rodeado por um séquito onde se encontrava também o grão-chanceler, Heinrich von Geusau, direito, a cavalo, no meio de uma multidão imensa; à sua direita estava o procurador imperial Franz Müller, que tinha na mão uma cópia da sentença de morte; à esquerda, com a sentença do tribunal de Dresde, o seu próprio advogado, o jurista Anton Zäuner; e ao centro, no semicírculo fechado do povo, um arauto guardava uma trouxa e segurava os dois murzelos, agora nutridos e de pêlo lustroso, que escarvavam o solo com os cascos. O grão-chanceler tinha na realidade defendido e ganho sem a mínima restrição o processo intentado em Dresde em nome do seu soberano contra o barão Venceslau von Tronka. Os cava-

los, reabilitados publicamente pelo agitar de uma bandeira sobre as cabeças, e retirados das mãos do esfolador, tinham sido renutridos pelo pessoal do barão e, em presença de uma Comissão propositadamente nomeada, entregues ao advogado no mercado de Dresde. O Príncipe-Eleitor, quando Kohlhaas no meio da sua escolta se aproximou, disse-lhe:

— Hoje é o dia em que te é prestada justiça! Aqui te entrego tudo o que perdeste no castelo de Tronka pela violência, e que eu, como teu soberano, tinha o dever de te fazer restituir: cavalos, roupas, os florins de ouro e o montante das despesas ocasionais com a doença do teu criado Herse, caído em Mühlberg. Estás satisfeito comigo?

Kohlhaas pousou no chão as duas crianças que trazia nos braços, percorreu com olhos ávidos e cintilantes a sentença de Dresde que lhe fora entregue a um gesto do grão-chanceler e, encontrando no meio do articulado a condenação do barão Venceslau von Tronka a dois anos de cadeia, cruzou as mãos no peito e caiu de joelhos diante do soberano, dominado pela emoção. Levantou-se depois e, com a mão no coração, garantiu ao grão-chanceler que estava satisfeito o seu maior desejo sobre a terra; aproximou-se dos cavalos, examinou-os, deu-lhes uma palmada nos pescoços fortes e, regressando para junto do grão-chanceler, declarou alegremente que oferecia os dois cavalos aos seus dois filhos, Henrique e Leopoldo. O grão-chanceler, Heinrich von Geusau voltando-se benevolamente para ele, do alto do cavalo, garantiu-lhe em nome do Eleitor que as suas últimas vontades seriam rigorosamente respeitadas e convidou-o a dar destino às outras coisas que ali estavam na trouxa. Kohlhaas chamou para fora da multidão, no meio da qual a tinha notado, a velha mãe de Herse, e, entregando-lhe a trouxa, disse:

— Toma, avozinha, isto é teu!

Acrescentou uma nova soma à que já a trouxa continha, como oferta sua, para sustentar com conforto o futuro da idosa mulher. O Eleitor exclamou:

— E agora, Kohlhaas, negociante de cavalos, tendo obtido satisfação dos teus desejos, prepara-te para dar satisfação a Sua Majestade Imperial, de que vês aqui o procurador, por ter violado a ordem pública.

Kohlhaas, tirando o chapéu e lançando-o ao chão, declarou que estava pronto. Ergueu novamente as crianças e apertou-as contra o peito, entregando-as seguidamente ao juiz de Kohlhaasenbrück. Depois, enquanto este, chorando silenciosamente, as conduzia para fora da praça, aproximou-se do cepo. Estava precisamente a tirar o lenço do pescoço, descobrindo o peito, quando, lançando um olhar rápido pelo círculo que a multidão formava, descobriu a pouca distância, entre dois cavaleiros que quase o escondiam com os seus corpos, o homem bem conhecido das plumas brancas e azuis. Com um movimento repentino que colheu os guardas de surpresa, Kohlhaas aproximou-se dele, tirou a cápsula do peito, extraiu o bilhete que percorreu com os olhos, e, mantendo os olhos fixos no homem das plumas cujo coração já se abria a uma doce esperança, meteu-o na boca e engoliu-o. O homem das plumas, ao ver aquilo, desmaiou, presa de convulsões. Kohlhaas, enquanto os atónitos companheiros do cavaleiro se inclinavam para o levantar, colocou-se no cepo onde a sua cabeça caiu sob o cutelo do carrasco.

Aqui termina a história de Kohlhaas. Os seus despojos foram colocados num caixão, no meio da consternação total do povo. E enquanto os portadores o levavam para ser inumado decentemente no cemitério suburbano, o Eleitor chamou junto de si os filhos do

morto e, declarando ao grão-chanceler que os queria educados na sua escola de pajens, armou-os cavaleiros. O Eleitor da Saxónia, destroçado de corpo e alma, regressou pouco depois a Dresde onde teve o fim que se pode ler na História. Descendentes de Kohlhaas, alegres e altivos, viviam ainda no século passado, alguns no Meklemburgo.

CULTIVA A INTELIGÊNCIA
NÃO DEIXES MORRER A REVOLTA

- Declaração de Guerra às Forças Armadas e Outros Aparelhos Repressivos do Estado
  Custódio Losa (major dissidente)

- A Insurreição Erótica — Autocrítica da Corporeidade Metafórica
  Giorgio Cesarano

  Seguido de: Prolegómenos Portugueses a uma Revolta Fundada Sobre o Amor
  Diana Felgueiras

- História Desenvolta do Surrealismo
  Jules-François Dupuis

- Don Juan de Kolomea
  Sacher Masoch

- Protesto Ante os Libertários do Presente e do Futuro Acerca das Capitulações de 1937
  por um «incontrolado» da coluna de ferro

- 3 Histórias 3
  Cravan / Rigaut / Vaché

- Pesquisas Sobre a Sexualidade
  Aragon, Breton, Péret, Tanguy e outros

- Isidore Ducasse e o Conde de Lautréamont nas Poesias
  Raoul Vaneigem

- Os Tomates Enlatados
  Benjamin Péret

- Apontamentos para a História da Revolução da Maria da Fonte

  Padre Casimiro

- Do Terrorismo e do Estado

  Gianfranco Sanguinetti

- Ravachol e os Anarquistas

  Jean Maitron

- O Banqueiro Anarquista

  Fernando Pessoa

- A Nuclearização do Mundo

  Les Editions de l'Assomoir

- Crimes Exemplares

  Max Aub

- O Papalagui

  Tuiavii de Tiavéa

- Exposição Analítica do Pronunciamento

  João Pinto Roby

- Historiografia *Maliciosa e Crítica* da Miséria em Portugal

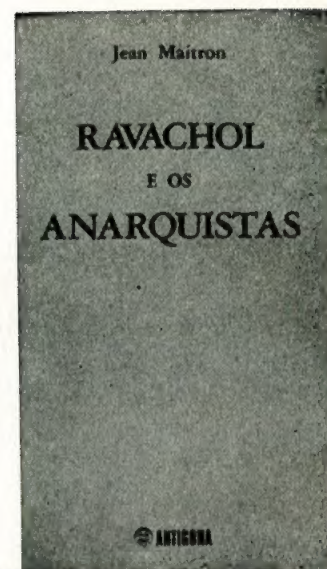
- A Burocratização do Mundo

  Bruno Rizzi

- Apelos da Prisão de Segóvia

  Coordenação dos Grupos Autónomos de Espanha

- A Invenção de Morel

  Adolfo Bioy Casares

Jean Maitron

Ravachol e os Anarquistas

186 pp.

«(...) Justiça foi feita esta manhã às 4h05 sem incidente nem manifestação de sorte alguma. O acordar deu-se às 3h40. O condenado recusou a intervenção do capelão e declarou-me não ter qualquer revelação a fazer. Pálido e tremendo de início, em breve mostrou um cinismo afectado e exasperação junto do cadafalso no minuto que precedeu a execução. Cantou com voz rouca algumas palavras blasfemas e da mais revoltante obscenidade (...)»

Extracto do telegrama oficial que anunciou a execução de Ravachol.

Possuído por uma ideia extrema de justiça, apanágio de qualquer homem que se [illegible] livre, Michael Kohlhaas desatou os l[illegible] amarravam à grei e, valendo-se ap[illegible] espada, eliminou sem piedade os tir[illegible] oprimiam. Como todos os milenaristas, a[illegible] miu-se enquanto flagelo de deus: o tempo impunha essa mediação entre ele e a **comunidade** a construir. Eis a sinuosa estrada da revolta.

Heinrich von Kleist (1777-1811), dramaturgo e novelista, o mais atormentado dos românticos alemães, suicidou-se, cantando, na companhia de uma cúmplice de acaso, atacada por doença incurável. Os médicos que examinaram o cadáver ainda quente de Kleist, encontraram-lhe o corpo são e vigoroso.

É autor de "A Família Schroffenstein", "Pentesileia", "O Príncipe de Homburgo", "A Marquesa de O", "A Bilha Quebrada" (já editado em Portugal e completamente esgotado), etc.

"Michael Kohlhaas, o Rebelde" foi pela primeira vez publicado entre nós por **Editorial Inova**, Porto, em 1973.